



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE GLORINHA

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 032/2024

FINALIDADE: REGISTRO DE PREÇOS

TIPO DE JULGAMENTO: MENOR VALOR DO ITEM

PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 678/2024

MODO DE DISPUTA: ABERTO

1. DISPOSIÇÕES GERAIS

1.1. O Município de **GLORINHA/RS**, por sua Pregoeira Oficial, em conformidade com a Lei Federal nº. 14.133 de 1º de abril de 2021, Lei Complementar nº. 123/2006 e alterações, Lei Complementar nº. 147/2014, regulamentado pelo Decreto Municipal nº 5.990, de 31 de março de 2023, torna público que realizará licitação na modalidade de **PREGÃO ELETRÔNICO**.

1.2. O Pregão será realizado em sessão pública, por meio da utilização de recursos de tecnologia da informação (Internet), utilizando métodos de autenticação de acesso e recursos de criptografia, garantindo segurança em todas as fases do certame.

1.3. Os trabalhos serão conduzidos por servidor público, denominado Pregoeiro/Agente de Contratação e Equipe de apoio, mediante Portaria nº 605/2023, 136/2021 e 498/2024 para a inserção e monitoramento de dados no Portal de Compras Públicas

2. DO OBJETO

www.portaldecompraspublicas.com.br.

2.1. O objeto do presente edital é a seleção de propostas visando o **REGISTRO DE PREÇOS para a AQUISIÇÃO DE MATERIAL AMBULATORIAL**, conforme Termo de Referência - Anexo I, deste Edital.

2.2. As quantidades constantes no Termo de Referência - Anexo I, deste edital poderão não ser adquiridas pelo Município. Se adquiridas, serão fornecidas pela(s) licitante(s) vencedora(s), mediante emissão de Autorização de Compras ou Nota de Empenho, de acordo com o disposto neste edital, podendo o fornecimento ser parcial ou total, de acordo com as necessidades do Município.

2.3. A validade dos preços registrados será de **12 (doze) meses**, contados a partir da assinatura da Ata de Registro de Preços, podendo ser prorrogado por até igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.

3. DO RECEBIMENTO E ABERTURA DAS PROPOSTAS

3.1. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: do dia **04/07/2024 às 9h** a dia **16/07/2024 às 8h29min**.

3.2. LIMITE PARA IMPUGNAÇÃO E ESCLARECIMENTOS: até o dia **11/07/2024 às 8h30min**.

3.3. ABERTURA DAS PROPOSTAS: dia **16/07/2024 às 8h30min**.

3.4. INÍCIO DA SESSÃO DE LANCES: dia **16/07/2024 às 9h**.



3.5. Os fornecedores deverão observar, rigorosamente, as datas e os horários limites previstos para o recebimento e a abertura das propostas, atentando, também, para o início da disputa.

4. DA REFERÊNCIA DE TEMPO

4.1. Todas as referências de tempo no Edital, no Aviso e durante a Sessão Pública, observarão, obrigatoriamente, o horário de Brasília-DF e, dessa forma, serão registradas no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame.

5. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

5.1. Estar credenciado perante o **Portal de Compras Públicas:** www.portaldecompraspublicas.com.br.

5.2. Poderão participar do processo os interessados que atenderem a todas as exigências contidas neste edital e seus anexos, e que pertençam ao ramo de atividade pertinente ao objeto licitado.

5.3. Não poderão disputar licitação ou participar da execução de contrato, direta ou indiretamente:

a) Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta em qualquer órgão público federal, estadual, municipal ou do Distrito Federal;

b) Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

c) Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da [Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976](#), concorrendo entre si;

d) Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

e) Agente público do órgão licitante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria.

5.4. O impedimento de que trata a alínea "a" do item 5.3. supra, será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

5.5. Durante a vigência do contrato é vedado ao contratado contratar cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade,



PREFEITURA MUNICIPAL DE GLORINHA

até o terceiro grau, de dirigente do órgão contratante ou de agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato.

5.6. Para fins de comprovação da condição de Micro ou Pequena Empresa, assim definidas aquelas que se enquadram na classificação descrita no Artigo 3º da Lei Complementar 123/2006, as licitantes deverão apresentar, a certidão expedida pela Junta Comercial (emitida a menos de 90 (noventa) dias da data de abertura das propostas deste edital) ou Declaração assinada por profissional contábil ou representante legal, comprovando enquadramento como microempresa/empresa de pequeno porte, para fins de aplicação dos benefícios da Lei Complementar nº 123/2006 e suas alterações. No caso do licitante se enquadrar como Microempreendedor Individual (MEI), comprovar-se-á através do Certificado da Condição de Microempreendedor Individual (CCMEI) ou, ainda, no caso de Cooperativa, de que satisfaz as exigências do art. 34 da Lei 11.488/07. (**modelo Anexo II**).

6. DO CREDENCIAMENTO NO PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS

6.1. Os fornecedores interessados em participar do presente pregão, deverão fazer seu credenciamento junto ao Portal de Compras, acessando o seguinte endereço: <http://www.portaldecompraspublicas.com.br> e preencher o Termo de Adesão, onde qualquer fornecedor, que manifeste interesse em cadastrar-se e apresente a documentação, cumprindo as exigências, terá acesso ao portal.

6.2. O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico.

6.3. A chave de identificação e a senha poderão ser utilizadas em qualquer pregão eletrônico, salvo quando canceladas por solicitação do credenciado ou em virtude de sua suspensão no Cadastro de Fornecedores.

6.4. É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao Município de Glorinha a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

6.5. O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

6.6. O credenciamento do fornecedor e de seu representante legal junto ao sistema eletrônico implica em responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

7. DO PROCEDIMENTO LICITATÓRIO

7.1. No dia e hora indicados no preâmbulo deste Edital, o Pregoeiro abrirá a sessão pública, com a divulgação das propostas de preços recebidas, as quais devem estar em perfeita consonância com o disposto no item anterior.

7.2. Somente poderá participar da rodada de lances, a licitante que anteriormente tenha encaminhado a **documentação e proposta de preços, exclusivamente pela plataforma de compras do Portal de**



Compras Públicas www.portaldecompraspublicas.com.br .

7.3. Poderão participar deste Pregão as pessoas jurídicas interessadas, bem como empresas enquadradas como Micro Empresas, Empresas de Pequeno Porte ou Micro Empreendedor Individual, conforme Lei Complementar nº 123/06, que estejam credenciadas junto ao Órgão Provedor do Sistema de Pregão Eletrônico, através do site www.portaldecompraspublicas.com.br .

7.4. Para ter acesso ao sistema eletrônico, os interessados deverão dispor de chave de identificação e senha, pessoal e intransferível, obtidas junto ao provedor do sistema, onde também deverão informar-se a respeito do seu funcionamento e regulamento e receber instruções detalhadas para sua correta utilização.

7.5. O credenciamento junto ao provedor do sistema de "Pregão Eletrônico" implica a responsabilidade legal do licitante ou seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

7.6. O uso da senha de acesso ao sistema eletrônico é de inteira e exclusiva responsabilidade do licitante, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao Município de Glorinha, promotor da licitação, responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

7.7. Como requisito para participação no pregão, em campo próprio do sistema eletrônico, o licitante deverá manifestar o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital.

7.8. A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação sujeitará o licitante às sanções previstas neste Edital sem prejuízo às demais cominações legais.

7.9. Os representantes das Micro Empresas, Empresas de Pequeno Porte ou Micro Empreendedor Individual porte deverão declarar em campo próprio do sistema, quando do envio da proposta inicial, que as respectivas empresas enquadram-se nessa (s) categoria (s).

7.10. É de responsabilidade do cadastrado, conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no sistema eletrônico PORTAL DE COMPRAS PUBLICAS e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

7.11. Todos os custos decorrentes da elaboração e apresentação de propostas serão de responsabilidade do licitante, bem assim, pelas transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico ou de sua eventual desconexão.

8. CRITÉRIOS DE DESEMPATE

8.1 Encerrada a sessão de lances, será verificada a ocorrência do **empate**, previsto no art. 44 e 45, da Lei Complementar nº 123/2006, sendo assegurada, como critério do desempate, preferência de contratação para as microempresas, empresas de pequeno porte e cooperativas, que tiverem



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE GLORINHA

apresentado a declaração de que trata o item 5.6 do Edital. .

8.1.1 Entende-se como empate ficto, aquelas situações em que as propostas apresentadas pela microempresa e pela empresa de pequeno porte, bem como pela cooperativa, sejam superiores em até 5% (cinco por cento) à proposta de menor valor.

8.2. Ocorrendo o empate, na forma do item anterior, proceder-se-á da seguinte forma:

a) A Beneficiária detentora da proposta de menor valor será convocada para apresentar, no prazo de 5 (cinco) minutos, nova proposta, inferior àquela considerada, até então, de menor preço, situação em que será declarada vencedora do certame.

b) Se a Beneficiária, convocada na forma da alínea anterior, não apresentar nova proposta, inferior à de menor preço, será facultada, pela ordem de classificação, às demais microempresas, empresas de pequeno porte ou cooperativas remanescentes, que se enquadrarem na hipótese do item 8.1 deste edital, a apresentação de nova proposta, no prazo previsto na alínea a deste item.

8.2.1. Na hipótese de persistir o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas.

8.2.2. Os critérios de desempate serão aplicados nos termos do item 8.2, caso não haja envio de lances após o início da fase competitiva.

8.3. O disposto nos itens 8.1 e 8.2, deste edital, não se aplica às hipóteses em que a proposta de menor valor inicial tiver sido apresentada por microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa, bem como às empresas que deixarem de declarar e apresentar a condição de beneficiárias da Lei Complementar nº 123/2006, no momento do envio de suas propostas e documentações pelo sistema.

8.4. Se não houver licitante que atenda ao item 8.1 e seus subitens, serão utilizados os seguintes critérios de desempate, nesta ordem:

a) Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

b) Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual serão utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações decorrentes de outras contratações;

c) Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho;

d) Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

8.5. Em igualdade de condições, se não houver desempate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

a) empresas estabelecidas no território do Estado Rio Grande do Sul;

b) empresas brasileiras;

c) empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

d) empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE GLORINHA

9. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

9.1. Os licitantes encaminharão, **exclusivamente** por meio do sistema eletrônico www.portaldecompraspublicas, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.

9.2. O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

9.3. Os Microempreendedor Individual, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.

9.4. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

9.5. Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema;

9.6. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

9.7. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances e declaração de vencedores.

9.8. As propostas terão validade de 90 (noventa) dias, contados da data de abertura da sessão pública estabelecida no preâmbulo deste edital.

9.9. Decorrido o prazo de validade das propostas sem convocação para contratação, ficam os licitantes liberados dos compromissos assumidos.

10. DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

10.1. A partir do horário previsto para a abertura das propostas terá início a sessão pública do Pregão Eletrônico, cujo acompanhamento da sessão se dará, única e exclusivamente, por meio eletrônico, no sítio informado no preâmbulo deste edital.

10.2. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência – Anexo I.

10.3. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

10.4. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE GLORINHA**

10.5. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

10.6. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

10.7. O lance deverá ser ofertado de acordo com o tipo de licitação indicada no preâmbulo.

10.8. O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras sua proposta e lances.

11. DA DISPUTA DE LANCES E NEGOCIAÇÃO

11.1. Será adotado o modo de disputa "**ABERTO**", em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

11.2. Aberta etapa competitiva, os representantes dos licitantes deverão estar conectados ao sistema para participar da sessão de lances.

11.3. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de no mínimo **R\$ 0,20 (vinte centavos de real)**.

11.4. A cada lance ofertado o participante será imediatamente informado de seu recebimento e respectivo horário de seu registro e valor.

11.5. O licitante poderá oferecer lances sucessivos, observado o horário fixado e somente poderá oferecer lance inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

11.6. Será permitido aos licitantes a apresentação de lances intermediários durante a disputa.

11.7. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado no sistema em primeiro lugar.

11.8. Durante o transcurso da disputa, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do detentor do lance.

11.9. No caso de desconexão do pregoeiro, no decorrer da etapa de lances, se o sistema eletrônico permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

11.10. Quando a desconexão persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente decorridas 24 (vinte e quatro) horas após a comunicação do fato aos licitantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

11.11. No caso de desconexão da licitante, o mesmo deverá de imediato, sob sua inteira responsabilidade, providenciar sua conexão ao sistema.

11.12. A etapa de envio de lances na sessão pública **durará 10 (dez) minutos** e após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos **últimos 2 (dois) minutos** do período de duração da sessão pública.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE GLORINHA**

11.13. A prorrogação automática da etapa de envio de lances será de **2 (dois) minutos** e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive quando se tratar de lances intermediários.

11.14. Na hipótese de não haver novos lances durante o período de prorrogação a sessão pública será encerrada automaticamente.

11.15. Encerrada a sessão pública sem prorrogação automática pelo sistema, o pregoeiro poderá, assessorado pela equipe de apoio, admitir o reinício da etapa de envio de lances, em prol da consecução de um melhor preço, mediante justificativa.

11.16. Caso a licitante não apresente lances, concorrerá com o valor inicial de sua proposta.

11.17. Durante a fase de lances, o pregoeiro poderá excluir, justificadamente, lance cujo valor seja manifestamente inexequível.

11.18. Encerrada a fase de lances, o pregoeiro encaminhará, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste edital.

11.19. A negociação será realizada por meio do sistema, no prazo de no mínimo 2(duas) horas e poderá ser acompanhada pelos demais licitantes.

12. DA ACEITAÇÃO DA PROPOSTA VENCEDORA

12.1. Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço.

12.2. Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita.

12.3. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, **24h** (vinte e quatro horas) de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

12.4. O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema ou outro, no prazo de **24h** (vinte e quatro) horas, sob pena de não aceitação da proposta.

12.4.1. O prazo estabelecido poderá ser prorrogado pelo Pregoeiro, por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo, e formalmente aceita pelo Pregoeiro.

12.4.2. Se a proposta/lance de menor preço for superior à do orçamento estimativo, o pregoeiro negociará com o arrematante para que ele baixe sua proposta a, pelo menos, o valor de referência. Caso não seja possível, o item será cancelado e licitado futuramente.

12.4.3. Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como: marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras



informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo Pregoeiro, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.

13. DA HABILITAÇÃO

13.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o pregoeiro verificará eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou futura contratação, mediante consulta aos seguintes cadastros:

- a) Inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);
- b) Cadastro de Fornecedores do órgão, se for o caso;
- c) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), mantido pela Controladoria- Geral da União;
- d) Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), mantido pela Controladoria-Geral da União; e Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União (TCU).

13.2. A consulta aos cadastros acima referidos será realizada em nome do licitante e também de seu sócio majoritário.

13.2.1 Os licitantes encaminharão os documentos complementares exclusivamente por meio do sistema eletrônico, em formato digital, sob pena de inabilitação.

13.2.2. Os documentos deverão ser apresentados através de cópia por via eletrônica (internet), desde que devidamente autorizado pelo órgão competente.

13.2.3. A prova de autenticidade de cópia de documento público ou particular poderá ser feita perante agente da Administração, mediante apresentação de original ou de declaração de autenticidade por advogado, sob sua responsabilidade pessoal.

13.3. Os documentos extraídos de sistemas informatizados (internet) ficarão sujeitos à verificação da autenticidade de seus dados pela Administração.

13.4. PARA FINS DE HABILITAÇÃO DEVERÃO SER ENCAMINHADOS, VIA SISTEMA ELETRÔNICO NO PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS www.portaldecompraspublicas.com.br, OS SEGUINTE DOCUMENTOS:

13.4.1. A licitante deverá encaminhar, obrigatoriamente, por meio do sistema eletrônico do Portal de Compras Públicas, através de chave de acesso e senha, quando convocado pelo pregoeiro, no prazo de 2 horas, a seguinte documentação:

13.5. DECLARAÇÕES:

a) Declaração de que não emprega menores de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e nem menores de dezesseis anos

**PREFEITURA MUNICIPAL DE GLORINHA**

em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, devidamente assinada pelo seu representante legal da proponente;

b) Declaração de que atendem a todas as exigências de habilitação (art. 67, IV da Lei 14.133/2021);

c) Declaração de que não foram declaradas inidôneas para licitar com o Poder Público, em qualquer das suas esferas e **que não sofreu condenação por improbidade administrativa, nos termos da Lei nº 8.429/92, nos últimos anos.**

d) Declaração da licitante de que não que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, devendo essa proibição constar expressamente do edital de licitação, conforme art. 14, IV da Lei nº 14.133/2021. (Anexo VI).

e) Declaração da licitante indicando endereços eletrônicos para recebimento de eventuais contatos necessários, inclusive notificações administrativas, imposição de penalidade e outros, Declarando se comprometer com o acompanhamento diário dos endereços eletrônicos, providenciando a confirmação de recebimento, devidamente assinada pelo(s) representante(s) legal(is), conforme modelo do Anexo VIII.

f) Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas no Art. 93 da Lei nº 8.213/1991 e em outras normas, conforme modelo Anexo IX. Esta declaração deverá ser adaptada caso a empresa se submeta ao regramento contido no Art. 93 da Lei nº 8.213/1991 ou não, conforme opções constantes no modelo.

13.6. A empresa que pretender se utilizar dos benefícios previstos nos art. 42 a 45 da Lei Complementar 123/2006, disciplinado no item 8.3. deste edital, deverão apresentar certidão expedida pela **Junta Comercial** (emitida a menos de 90 (noventa) dias da data de abertura das propostas deste edital) **ou Declaração assinada por profissional contábil ou representante legal da licitante,** comprovando enquadramento como microempresa/empresa de pequeno porte, para fins de aplicação dos benefícios da Lei Complementar nº 123/2006 e suas alterações. No caso do licitante se enquadrar como Microempreendedor Individual (MEI), comprovar-se-á através do Certificado da Condição de Microempreendedor Individual (CCMEI) ou, ainda, no caso de Cooperativa, de que satisfaz as exigências do art. 34 da Lei 11.488/07. (**modelo Anexo II**).

13.7. As microempresas e empresas de pequeno porte, por ocasião da participação em certames licitatórios, deverão apresentar toda a documentação exigida no item 13.5 inclusive de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição.

13.8. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de **05 (cinco) dias úteis**, cujo termo



PREFEITURA MUNICIPAL DE GLORINHA

inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação.

13.9. A não regularização da documentação no prazo previsto no subitem acima implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no artigo 155 da Lei 14.133/21, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação ou revogar o pregão.

13.10. A qualquer momento, durante a vigência do processo licitatório poderá ser solicitada documentação atualizada.

13.11. Para fins de HABILITAÇÃO sob os itens 13.14 poderão ser substituídos pelo Certificado de Registro Cadastral do Município de Glorinha, cujos documentos deverão estar permanentemente atualizados, em consonância com o art. 87, da Lei Federal nº 14.133/21.

13.12 Na assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, que deverão ser mantidas atualizadas pelo licitante durante a vigência do contrato ou da ata de registro de preços.

13.13. Os documentos deverão estar em nome do licitante, com número do CNPJ e endereço respectivo, observando o seguinte:

- a) Se o licitante for a matriz da empresa, todos os documentos devem estar em nome da matriz;
- b) Se o licitante for filial, todos os documentos devem estar em nome da filial;
- c) No caso de filial, é dispensada a apresentação dos documentos que, pela própria natureza, comprovadamente sejam emitidos em nome da matriz.
- d) O atestado de capacidade técnica pode ser apresentado em nome e com CNPJ da matriz e/ou da filial da empresa licitante.

13.14. Para fins de habilitação, o licitante vencedor deverá apresentar documentação relativa à:

I – HABILITAÇÃO JURÍDICA:

- a) Registro comercial, no caso de empresa individual; ou
- b) Certificado da Condição de Microempreendedor Individual (CCMEI);
- c) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social, em vigo e devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores.
- d) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

II – QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

- a) Atestado de capacidade técnica, que comprovem a comercialização de produtos de boa qualidade, similares ou iguais aos objetos deste edital, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado.
- b) **O licitante vencedor** deverá anexar, juntamente com a proposta



PREFEITURA MUNICIPAL DE GLORINHA

assinada, através do www.portaldecompraspublicas.com.br Portal de Compras Públicas, **CATÁLOGO** do produto ou similar, que apresente as características e especificações, conforme o Termo de Referência- Anexo I do Edital.

III – QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

- a) Certidão negativa em matéria falimentar, concordatária, recuperação judicial e extrajudicial **em prazo não superior a 60 dias da data designada para apresentação do documento;**
- b) Comprovação de que a licitante possui patrimônio líquido de valor igual ou superior a 10% (dez por cento) do valor da proposta da licitante, para os itens por ela ofertados na presente licitação; através da apresentação do **BALANÇO PATRIMONIAL** e demonstrações contábeis dos **02 (dois) últimos exercícios sociais.** (art. 69, I da Lei.14.133/21).

IV – REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa jurídica – CNPJ;
- b) Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes do Município, relativo ao domicílio ou sede do proponente, pertinente ao seu ramo de atividades;
- c) Certidão de Regularidade Conjunta de Débitos relativa aos tributos Federais e à Dívida Ativa da União, abrangendo as contribuições previdenciárias e as contribuições devidas por lei, a terceiros, inclusive as inscritas em Dívida Ativa do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), expedida pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional –PGFN (Certidão Conjunta Negativa);
- d) Certidão de Regularidade de Pessoa Jurídica do FGTS;
- e) Certidão de Regularidade da Fazenda Municipal do Município da proponente;
- f) Prova de Regularidade com a Fazenda Municipal do Município de Glorinha/RS, em vigor, que poderá ser obtida diretamente pelo link <http://45.191.68.130:82/cidadao/servlet/br.com.cetil.ar.jvllle.hatendiment> ou pelo site <https://www.glorinha.rs.gov.br>
- g) Certidão de Regularidade da Fazenda Estadual;
- h) Certidão de Regularidade de débitos trabalhistas junto ao Tribunal Superior do Trabalho (CNDT).

14. DAS PROPOSTAS

14.1 Durante o prazo de recebimento das propostas, estas deverão ser enviadas **exclusivamente** por meio eletrônico, no **Portal de Compras Públicas** www.portaldecompraspublicas.com.br.

14.2. Após ser declarado vencedor, o licitante vencedor deverá elaborar a **PROPOSTA DE PREÇOS READEQUADA AO LANCE VENCEDOR NEGOCIADO** e encaminhar, devidamente **assinada**, bem como o **CATÁLOGO DO PRODUTO**, no prazo de até **24h** (vinte e quatro) horas de dias úteis, devendo ser anexada através do sistema do **Portal de Compras Públicas** www.portaldecompraspublicas.com.br, conforme edital e modelo de proposta de preços – **Anexo IV.** (Se PROCURADOR, anexar cópia da PROCURAÇÃO autenticada ou com o original)



PREFEITURA MUNICIPAL DE GLORINHA

14.3. Os valores **unitário e total** dos itens deverão ser consignados em moeda nacional (R\$). Nos preços deverão estar contempladas quaisquer vantagens, abatimentos, frete, impostos, taxas e contribuições sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, que eventualmente incidam sobre a operação ou, ainda, toda e qualquer despesa que venha a incidir sobre o preço dos materiais.

14.4. A validade da proposta será de, no mínimo, **90 (noventa) dias**, contados a partir da data da sessão pública do Pregão.

14.5. O prazo de entrega é conforme especificado no Termo de Referência, após o recebimento da Autorização de Compras/Nota de Empenho.

14.6. Não serão aceitas propostas que contenham mais de **2 (duas) casas decimais** após a vírgula e que, por qualquer outro motivo, não atendam as exigências do edital.

14.7. DEVERÁ SER ANEXADA À PROPOSTA DECLARAÇÃO DE QUE A PROPOSTA ECONÔMICA DA EMPRESA COMPREENDE A INTEGRALIDADE DOS CUSTOS para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, conforme modelo Anexo IX. Caso esta declaração não seja apresentada, a empresa restará desclassificada, conforme disposto no §1º, art.63 da Lei 14.133/2021.

14.8. Entende-se por encargos referentes à proposta os tributos (impostos, taxas e contribuições de melhoria), contribuições fiscais e para-fiscais, emolumentos, os instituídos por leis sociais, administração, lucros, máquinas e ferramental, transporte de material, de pessoal, estada, hospedagem, alimentação e qualquer despesa, acessória e/ou necessária, não especificada neste edital.

14.9. A proposta será julgada pelo **MENOR PREÇO POR ITEM**.

14.10. A proposta deverá indicar a **MARCA e MODELO (se houver)**, do item ofertado.

14.11. O licitante vencedor deverá anexar, juntamente com a proposta assinada, através do www.portaldecompraspublicas.com.br Portal de Compras Públicas, **CATÁLOGO** do produto ou similar, que apresente as características e especificações, conforme o Termo de Referência- Anexo I do Edital.

15. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

15.1. O Pagamento será efetuado **até o 15º (décimo quinto) dia útil** após a entrega da Nota Fiscal ou subsequente a prestação do serviço, conforme autorização de compras/empenho emitida pela Secretaria solicitante e, atestada pelo Secretário da Pasta, por depósito em conta corrente do fornecedor, conforme as quantidades solicitadas pela Secretaria Municipal, juntamente com a documentação comprobatória completa que é prevista em contrato, que deverão ser entregues no Setor de Contabilidade da Secretaria Municipal da Fazenda do Município de Glorinha. O prazo acima previsto



PREFEITURA MUNICIPAL DE GLORINHA

contará a partir do recebimento no Setor de Contabilidade.

15.2. Para o caso de faturas incorretas e ou falta de documentação comprobatória relacionadas no contrato, a Prefeitura Municipal de Glorinha terá o prazo de até 5 (cinco) dias úteis para devolução à contratada, passando a contar novo prazo de até 15 (quinze) dias úteis, após a entrega da nova NOTA FISCAL/FATURA e ou documentação comprobatória, abaixo relacionada.

- a) Certidão de Regularidade com a Fazenda Federal (RFB);
- b) Certidão de Regularidade de Pessoa Jurídica do FGTS;
- c) Certidão de Regularidade da Fazenda Municipal do Município ou sede do licitante;
- d) Certidão de Regularidade com a Fazenda Municipal do Município de Glorinha/RS;
- e) Certidão de Regularidade da Fazenda Estadual;
- f) Certidão de Regularidade de débitos trabalhistas junto ao Tribunal Superior do Trabalho (CNDT).

15.3. Na Nota Fiscal do produto deverá constar o código GTIN do mesmo, conforme §6º da cláusula terceira do ajuste SINIEF Nº 07/2005, quando for o caso.

15.4. Não serão considerados, para efeitos de correção, atrasos e outros fatos de responsabilidade da licitante vencedora que importem no prolongamento dos prazos previstos neste edital e oferecidos nas propostas.

15.5. Servirão de cobertura às contratações oriundas da Ata de Registro de Preços os recursos orçamentários da Secretaria Municipal solicitante.

15.6.1. Os pagamentos serão efetuados somente em CONTA BANCÁRIA, em nome da Pessoa Jurídica.

16. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

16.1. Após a homologação da presente licitação, será assinada a Ata de Registro de Preços, conforme previsto no ANEXO V. O prazo de vigência da ata de registro de preços, contado a partir da assinatura, será de 1 (um) ano, e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado que as condições e preços permanecem vantajosos, a qual terá efeito de compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas.

16.2. Será enviado, via e-mail, em arquivo PDF, a(s) Ata(s) de Registro de Preços, ao(s) licitante(s) vencedor(es) para assinatura, e posterior retorno, no prazo de até 72h após a confirmação de recebimento do e-mail, via SEDEX. Se o licitante vencedor, injustificadamente, não assinar o instrumento ou não devolvê-lo em até 72h após a confirmação de recebimento, decairá o direito de preferência, devendo ser convocado outro licitante, desde que respeitada a ordem de classificação para depois de comprovados os requisitos habilitatórios e feita a negociação, assinar o referido instrumento, nas condições acima descritas.

16.3. O prazo estabelecido no subitem anterior para assinatura da Ata de Registro de Preços poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado pelo licitante vencedor, justificadamente, durante o seu



PREFEITURA MUNICIPAL DE GLORINHA

transcurso, e desde que aceito pela Administração Municipal.

16.4. Após a assinatura da Ata de Registro de Preços é facultado à Administração Municipal emitir Ordem de Compras/Serviço e Nota de Empenho em favor da(s) empresa(s) registrada(s), a qual, juntamente com este Edital e seus Anexos, terão força de Contrato, caso a Administração opte por valer-se da prerrogativa estabelecida pelo art. 92, da Lei Federal n.14.133/2021, substituindo o instrumento de contrato pela respectiva Nota de Empenho.

16.5. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado à(s) empresa(s) beneficiária(s) do Registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

16.5.1. O direito de preferência de que trata o subitem anterior poderá ser exercido pelo beneficiário do Registro, quando a Administração Municipal optar pela aquisição do objeto cujo preço está registrado, por outro meio legalmente permitido, que não a Ata de Registro de Preços.

16.6. Os itens e preços registrados, bem como os respectivos fornecedores, ficarão disponibilizados durante a vigência da Ata de Registro de Preços.

16.7. Excepcionalmente, quando o quantitativo total estimado para a contratação ou fornecimento não puder ser atendido pelo licitante vencedor, admitir-se-á a convocação de tantos licitantes quantos forem necessários para se atingir o quantitativo total, respeitando-se a ordem de classificação das empresas e desde que referidos licitantes aceitem praticar o mesmo preço da proposta vencedora.

16.8. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão da Administração Municipal de Glorinha que não tenha participado deste certame licitatório, mediante prévia consulta ao Setor de Compras e Licitações, desde que devidamente comprovada a vantagem.

17. DA REVISÃO DOS PREÇOS

17.1 Os preços registrados poderão ser atualizados em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução tal como pactuado, nos termos do disposto na norma contida no art. 124, II letra "d" da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

17.2. Quando o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, a administração municipal convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços registrados, tornando-os compatíveis com os valores praticados pelo mercado.

§ 1º Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados dos compromissos assumidos, sem aplicação de penalidades administrativas.

§ 2º A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação obtida



originalmente na licitação.

§ 3º A redução do preço registrado será comunicada pela administração municipal às unidades administrativas que tiverem formalizado contrato com fundamento no respectivo registro, para que avaliem a necessidade de efetuar a revisão dos preços contratados.

17.3. Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços registrados é facultado ao fornecedor requerer, antes do pedido de fornecimento, ou seja antes da emissão do empenho, a atualização do preço registrado, mediante demonstração de fato superveniente que tenha provocado elevação que supostamente impossibilite o cumprimento das obrigações contidas na ata e desde que atendidos os seguintes requisitos:

I - a possibilidade da atualização dos preços registrados seja aventada pelo fornecedor ou prestador signatário da ata de registro de preços;

II - a modificação seja substancial nas condições registradas, de forma que seja caracterizada alteração desproporcional entre os encargos do fornecedor ou prestador signatário da Ata de Registro de Preços e da Administração Pública;

III - seja demonstrado nos autos a desatualização dos preços registrados, por meio de apresentação de planilha de custos e documentação comprobatória correlata que demonstre que os preços registrados se tornaram inviáveis nas condições inicialmente pactuadas.

§ 1º A iniciativa e o encargo da demonstração da necessidade de atualização de preço serão do fornecedor ou prestador signatário da ata de registro de preços, cabendo a administração municipal a análise e deliberação a respeito do pedido.

§ 2º Se não houver prova efetiva da desatualização dos preços registrados e da existência de fato superveniente, o pedido será indeferido pela Administração e o fornecedor continuará obrigado a cumprir os compromissos pelo valor registrado na ata, sob pena de cancelamento do registro de preços e de aplicação das penalidades administrativas previstas em lei e no edital.

§ 3º Na hipótese do cancelamento do registro de preços prevista no § 2º deste artigo, o órgão gerenciador poderá convocar os demais fornecedores obedecendo a ordem de classificação do processo licitatório, para que manifestem interesse em assumir o fornecimento dos bens, a execução das obras ou dos serviços, pelo preço registrado na ata, ou comunicar seus preços atualizados.

§ 4º Comprovada a desatualização dos preços registrados, decorrente de fato superveniente que prejudique o cumprimento da ata, a Administração poderá efetuar a atualização do preço registrado, adequando-o aos valores praticados no mercado.

§ 5º Na hipótese de não haver cadastro de reserva, a Administração Pública poderá convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para negociação e assinatura da ata no máximo nas condições ofertadas por estes, desde que o valor seja igual ou inferior ao orçamento estimado para a contratação, inclusive quanto aos preços atualizados, nos termos do instrumento convocatório.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE GLORINHA**

17.4. Não havendo êxito nas negociações, a Secretaria Municipal da Administração e Planejamento deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

18. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

18.1. O fornecedor terá seu registro cancelado quando:

- I - descumprir as condições da ata de registro de preços, sem justificativa aceitável;
- II - não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- III - sofrer sanção prevista no inciso IV do art. 156 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021;
- IV - não aceitar o preço revisado pela Administração.

18.2. A ata de registro de preços será cancelada, total ou parcialmente, pela administração municipal:

- I - pelo cancelamento de preços registrados;
- II - por fato superveniente, decorrente caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução obrigações previstas na ata, devidamente demonstrado; e
- III - por razões de interesse público, devidamente justificadas.

18.3 No caso de cancelamento da ata ou do registro do preço por iniciativa da Administração, será assegurado o contraditório e a ampla defesa.

18.4. O fornecedor ou prestador será notificado para apresentar defesa no prazo de 5 (cinco) dias, a contar do recebimento da comunicação.

19. DO CONTRATO

19.1. O licitante vencedor será convocado para assinar o termo de contrato ou para aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo de 05 (cinco) dias úteis, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

19.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 01 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação da parte, durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela Administração.

19.3. Será facultado à Administração, quando o convocado não assinar o termo de contrato ou não aceitar ou não retirar o instrumento equivalente no prazo e nas condições estabelecidas neste Edital, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições propostas pelo licitante vencedor.

19.4. Decorrido o prazo de validade da proposta indicado no item 14 deste Edital, sem convocação para a contratação, ficarão os licitantes liberados dos compromissos assumidos.

19.5. Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar a contratação, nos termos deste Edital, a Administração, observados o valor estimado e sua



eventual atualização nos termos do edital, poderá:

- a) convocar os licitantes remanescentes para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário;
- b) adjudicar e celebrar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

19.6. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas, previstas neste edital, e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão licitante.

20. DO REGISTRO CADASTRAL

20.1 Administração Pública Municipal deverá utilizar o sistema de registro cadastral unificado disponível no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), para efeito de cadastro unificado de licitantes, nos termos do artigo 87, da Lei n.º 14.133, de 2021.

§ 1º É proibida a exigência, pela administração pública, de registro cadastral complementar para acesso a edital e anexos.

§ 2º A Administração poderá realizar licitação restrita a fornecedores cadastrados, atendidos os critérios, as condições e os limites estabelecidos em regulamento, bem como a ampla publicidade dos procedimentos para o cadastramento.

§ 3º Na hipótese a que se refere o §2.º deste artigo, será admitido fornecedor que realize seu cadastro dentro do prazo previsto no edital para apresentação de propostas.

21. DA FISCALIZAÇÃO

21.1. À fiscalização cabe conferir as especificações da(s) nota(s) fiscal(is) e dos serviços prestados. Caberá à fiscalização, por parte dos responsáveis pela Secretaria Municipal solicitante, ao receber a NF, emitir o competente Termo de Recebimento do material/serviço, devendo, para tanto, ser aferida a compatibilidade dos mesmos com as especificações exigidas juntamente com a documentação comprobatória completa (abaixo relacionada), que é prevista em contrato, que deverão ser entregues no Setor de Contabilidade da Secretaria Municipal da Fazenda do Município de Glorinha. O prazo acima previsto contará a partir do recebimento no Setor de Contabilidade.

- a) Certidão de Regularidade com a Fazenda Federal (RFB);
- b) Certidão de Regularidade de Pessoa Jurídica do FGTS;
- c) Certidão de Regularidade da Fazenda Municipal do Município ou sede do licitante;
- d) Certidão de Regularidade com a Fazenda Municipal do Município de Glorinha/RS;
- e) Certidão de Regularidade da Fazenda Estadual;
- f) Certidão de Regularidade de débitos trabalhistas junto ao Tribunal Superior



do Trabalho (CNDT).

21.2. Não será aceito produto/serviço que não atenda às especificações constantes na descrição do objeto. Os objetos recusados pela Fiscalização Contratual deverão ser substituídos pela contratada no prazo máximo de até 10 dias, contados do recebimento de comunicado específico lavrado pela Fiscalização Contratual.

21.3. Em caso de aprovação do produto/serviço pela Fiscalização, esta encaminhará a nota fiscal, juntamente com um atestado, à SMF/Contabilidade.

21.4. A contratada deverá indicar e manter preposto aceito pela Administração Municipal, a fim de representá-la durante a execução contratual.

21.5. O recebimento provisório ou definitivo dos materiais/serviços, por parte das Secretarias Municipais, não exclui a responsabilidade da empresa Contratada pela qualidade, eficiência e adequação do serviço entregue ao Poder Público.

21.6. Comunicar oficialmente à empresa contratada quanto à rejeição do(s) serviços(s).

21.7. Exigir da empresa contratada o cumprimento rigoroso das obrigações assumidas.

21.8. Transmitir ordens e instruções, verbais ou escritas, à empresa contratada, no tocante ao fiel cumprimento do disposto neste instrumento.

21.9. Solicitar a aplicação, nos termos deste instrumento, de multa(s) à Empresa contratada.

21.10. Instruir o(s) recurso(s) da empresa contratada no tocante ao pedido de cancelamento de multa(s), quando essa discordar do Município.

21.11. No exercício de suas atribuições fica assegurado à fiscalização, sem restrições de qualquer natureza, o direito de acesso a todos os elementos de informações relacionados com o objeto deste instrumento, pelos mesmos julgados necessários.

22.DAS OBRIGAÇÕES

22.1. Contratante tem a obrigação de efetuar o(s) pagamento(s) à Contratada nos termos do item 15 do presente edital.

22.2. São obrigações da Contratada:

- a) Entregar o objeto nos termos do item 2 e 15 do presente edital;
- b) Entregar o objeto com as mesmas características indicadas na proposta;
- c) atender as determinações da fiscalização na hipótese do item 17, recebendo todos os comunicados e notificações que lhe forem expedidos;
- d) reparar, remover, corrigir, refazer ou substituir, às suas expensas, no prazo de 05 (cinco) dias, contados do recebimento da notificação lavrada pela Fiscalização, no todo ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções.

22.3 A Contratada se obrigará a manter, durante toda a vigência da Ata de Registro de Preços, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, devendo comunicar ao Município de Glorinha, imediatamente,



qualquer alteração nas condições que deram ensejo à sua habilitação.

23. DAS INFRAÇÕES E PENALIDADES

23.1. O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

- I - dar causa à inexecução parcial do contrato;
- II - dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- III - dar causa à inexecução total do contrato;
- IV - deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- V - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- VI - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- VII - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- VIII - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- IX - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- X - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- XI - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- XII - praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#).

23.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas as seguintes sanções:

- I - advertência;
 - II - multa de no mínimo 0,5% (cinco décimos por cento) e máximo de 30% (trinta por cento) do valor do objeto licitado ou contratado;
 - III - impedimento de licitar e contratar, no âmbito da Administração Pública direta e indireta do órgão licitante, pelo prazo máximo de 3 (três) anos;
 - IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.
- a) Na aplicação das sanções serão considerados:
- I - a natureza e a gravidade da infração cometida;
 - II - as peculiaridades do caso concreto;
 - III - as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
 - IV - os danos que dela provierem para a Administração Pública;
 - V - a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- b) A sanção prevista no inciso I do **caput** deste item será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista no [inciso I do caput do Item 23](#), quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE GLORINHA**

c) A sanção prevista no inciso II do **caput** deste item, calculada na forma do edital ou do contrato, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas na Lei 14.133/21.

d) A sanção prevista no inciso III do **caput** deste item será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos [incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do item 23](#), quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

e) A sanção prevista no inciso IV do **caput** será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos [incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do item 23](#), bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do **caput** do referido item que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida na letra "d" deste item, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

f) A sanção estabelecida no inciso IV do **caput** deste item será precedida de análise jurídica e observará as seguintes regras:

I - quando aplicada por órgão do Poder Executivo, será de competência exclusiva de ministro de Estado, de secretário estadual ou de secretário municipal e, quando aplicada por autarquia ou fundação, será de competência exclusiva da autoridade máxima da entidade;

g) As sanções previstas nos incisos I, III e IV do **caput** deste item poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista no inciso II do **caput** deste item.

h) Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

i) A aplicação das sanções previstas no **caput** deste item não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

23.3. Na aplicação da sanção prevista no [inciso II do caput do item 23.2](#), será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

23.4. A aplicação das sanções previstas nos [incisos III e IV do caput do item 23.2 do edital](#) requererá a instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

a) Em órgão ou entidade da Administração Pública cujo quadro funcional não seja formado de servidores estatutários, a comissão a que se refere



PREFEITURA MUNICIPAL DE GLORINHA

o **caput** deste item será composta de 2 (dois) ou mais empregados públicos pertencentes aos seus quadros permanentes, preferencialmente com, no mínimo, 3 (três) anos de tempo de serviço no órgão ou entidade.

b) Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, o licitante ou o contratado poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

c) Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

d) A prescrição ocorrerá em 5 (cinco) anos, contados da ciência da infração pela Administração, e será:

I - interrompida pela instauração do processo de responsabilização a que se refere o **caput** deste item;

II - suspensão pela celebração de acordo de leniência previsto na [Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#);

III - suspensão por decisão judicial que inviabilize a conclusão da apuração administrativa.

23.5. Os atos previstos como infrações administrativas nesta Lei ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na [Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#), serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida Lei.

23.6 A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos nesta Lei ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

23.7. Os órgãos e entidades dos Poderes Executivo, deverão, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por eles aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo federal.

23.8. O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado a multa de mora, na forma prevista em edital ou em contrato.

23.8.1. A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas.

23.9. É admitida a reabilitação do licitante ou contratado perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, exigidos, cumulativamente:

I - reparação integral do dano causado à Administração Pública;



II - pagamento da multa;

III - transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;

IV - cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;

V - análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste item.

a) A sanção pelas infrações previstas nos [incisos VIII e XII do caput](#), exigirá, como condição de reabilitação do licitante ou contratado, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável.

23.10. As sanções descritas no *caput* também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva, em pregão para registro de preços que, convocado, não honrar o compromisso assumido, sem justificativa ou com justificativa recusada pela administração pública.

24. DA RESCISÃO

24.1. O regime jurídico dos contratos instituído pela Lei Federal nº 14.133/21 no art. 104, confere à Administração, em relação a eles, as prerrogativas de: I - modificá-los, unilateralmente, para melhor adequação às finalidades de interesse público, respeitados os direitos do contratado;

II - extingui-los, unilateralmente, nos casos especificados nesta Lei;

III - fiscalizar sua execução;

IV - aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste;

V - ocupar provisoriamente bens móveis e imóveis e utilizar pessoal e serviços vinculados ao objeto do contrato nas hipóteses de:

a) risco à prestação de serviços essenciais;

b) necessidade de acautelar apuração administrativa de faltas contratuais pelo contratado, inclusive após extinção do contrato.

§ 1º As cláusulas econômico-financeiras e monetárias dos contratos não poderão ser alteradas sem prévia concordância do contratado.

§ 2º Na hipótese prevista no inciso I do **caput** deste artigo, as cláusulas econômico-financeiras do contrato deverão ser revistas para que se mantenha o equilíbrio contratual.

24.2. Em caso de rescisão unilateral, a Administração Municipal poderá, ainda, convocar os outros licitantes na ordem de classificação, até a apuração de um que atenda as condições do edital.

24.3. As partes poderão, ainda, promover amigavelmente a rescisão do contrato.

25. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E RECURSOS ADMINISTRATIVOS

25.1. As impugnações e esclarecimentos ao ato convocatório do pregão serão recebidas em até **3 (três) dias úteis**, antes da data fixada para a abertura das propostas, **exclusivamente**, por meio de formulário eletrônico, no **Portal de Compras Públicas** www.portaldecompraspublicas.com.br.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE GLORINHA**

25.2. A resposta a impugnação ou pedido de esclarecimento será divulgada em sistema eletrônico oficial no prazo de **até 03 (três) dias úteis**, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

25.3. Caberá recurso, no prazo de 03 (três) dias úteis, contado da data de intimação ou de lavratura da ata, em face de:

- a) ato que defira ou indefira pedido de pré-qualificação de interessado ou de inscrição em registro cadastral, sua alteração ou cancelamento;
- b) julgamento das propostas;
- c) ato de habilitação ou inabilitação de licitante;
- d) anulação ou revogação da licitação.

25.4. O prazo para apresentação de contrarrazões será o mesmo do recurso e terá início na data de intimação pessoal ou de divulgação da interposição do recurso.

25.5. Quanto ao recurso apresentado em virtude do disposto nas alíneas "b" e "c" do item 25.3 do presente Edital, serão observadas as seguintes disposições:

- a) a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão, e o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação da ata de julgamento;
- b) a apreciação dar-se-á em fase única.

25.6. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, que, se não o reconsiderar o ato ou decisão no prazo **de 3(três) dias uteis**, encaminhará o recurso com a sua motivação a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de **10 (dez) dias uteis**, contado do recebimento dos autos.

25.7. O acolhimento do recurso implicará invalidação apenas de ato insuscetível de aproveitamento.

25.8. O prazo para apresentação de **contrarrazões** será o mesmo do recurso e terá início na data de intimação pessoal ou divulgação da interposição de recurso.

25.9. Os autos deste Processo permanecerão franqueados aos interessados junto ao Setor de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal de Glorinha. Av. Dr. Pompílio Gomes Sobrinho, 23.400, Centro - CEP: 94380-000 – Glorinha/RS.

26. DISPOSIÇÕES GERAIS

26.1. Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior, que poderá:

- a) determinar o retorno dos autos para saneamento de irregularidades;
- b) revogar a licitação por motivo de conveniência e oportunidade;
- c) proceder à anulação da licitação, de ofício ou mediante provocação de terceiros, sempre que presente ilegalidade insanável;



d) adjudicar o objeto e homologar a licitação.

26.2. Nenhuma indenização será devida ao Licitante pela apresentação de documentação ou proposta relativa a esta Licitação.

26.3. Os Licitantes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados.

26.4. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do Licitante, desde que seja possível a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta.

26.5. As normas que disciplinam este Pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os Licitantes, desde que não comprometam o interesse público, a finalidade e a segurança da contratação.

26.6. As decisões referentes a este processo licitatório poderão ser comunicadas aos Licitantes por qualquer meio de comunicação que comprove o recebimento ou, ainda, mediante publicação na Imprensa Oficial do Município.

26.7. É facultado ao Pregoeiro, ou à autoridade a ele superior, em qualquer fase da licitação, promover diligências com vistas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.

26.8. A participação nesta licitação implica aceitação de todos os termos deste Edital.

26.9. A Prefeitura Municipal de Glorinha adjudicará o objeto desta Licitação a um ou mais Proponentes, reservando-se, entretanto, o direito de contratar parcialmente o objeto, sem que advenha disto, direito a qualquer reivindicação ou indenização.

26.10. A apresentação da proposta será a evidência de que o Licitante examinou e aceitou completamente as normas desta Licitação, e que obteve da Prefeitura Municipal de Glorinha todos os esclarecimentos satisfatórios à sua confecção, inclusive referente às normas, instruções e regulamentos necessários.

26.11. A proponente que vier a ser contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, por conveniência da Administração, dentro do limite permitido pelo artigo 125 da Lei nº 14.133/2021, sobre o valor inicial atualizado do contratado.

26.12. Fica vedada a participação de pessoas físicas.

26.13. A presente licitação poderá ser revogada por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, ou anulada no todo ou em parte por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiro, observado o princípio da prévia e ampla defesa.

26.14. Fazem parte deste edital, como anexos:

Termo de Referência – Anexo I;

Modelo de Declaração Enquadramento ME e EPP - Anexo II;

Modelo de Declaração – unificada – (não emprega menor..., exigências de habilitação e idoneidade) – Anexo III;

Modelo de Declaração para indicação de endereço eletrônico – Anexo IV

Modelo de Declaração de Reserva de Cargos – Anexo V



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

PREFEITURA MUNICIPAL DE GLORINHA

Modelo de Declaração Inexistência de vínculo com Órgão Público –Anexo VI
Modelo de Proposta de Preços – Anexo VII;
Minuta de Declaração de Integralidade de Custos-Anexo VIII
Minuta da Ata Registro de Preços – Anexo IX.

Glorinha, 19 de Junho de 2024.

Paulo José Silveira Corrêa
Prefeito Municipal

*Este edital foi devidamente examinado e
aprovado por esta Assessoria Jurídica.
Em ____/____/20____*

Assessoria Jurídica

**PREFEITURA MUNICIPAL DE GLORINHA****EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 032/2024****FINALIDADE:** REGISTRO DE PREÇOS**TIPO DE JULGAMENTO:** MENOR VALOR DO ITEM**PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 678/2024****MODO DE DISPUTA:** ABERTO**TERMO DE REFERÊNCIA****PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº**

Município de Glorinha

Secretaria Municipal de Saúde

Necessidade da Administração: Aquisição Equipamentos e material ambulatorial para Secretaria Municipal de Saúde.

1. DEFINIÇÃO DO OBJETO

1.1 Constitui objeto da presente licitação a aquisição de Equipamentos e Material Ambulatorial para a Secretaria de saúde, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e neste instrumento.

1.2 O critério de julgamento das propostas será o de menor preço por item, observadas as exigências contidas neste Termo de Referência quanto as especificações do objeto.

2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

2.2 Conforme estudo técnico preliminar.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

3.1 Contratação de empresa(s) para fornecimento de equipamentos e material ambulatorial para a Secretaria Municipal de Saúde.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO



PREFEITURA MUNICIPAL DE GLORINHA

4.1 Efetuar a entrega do objeto conforme as especificações.

4.2 Para a prestação dos serviços pretendidos os eventuais interessados deverão comprovar que atuam em ramo de atividade compatível com o objeto da licitação, bem como apresentar todos os documentos a título habilitação, nos termos do art. 62, da Lei nº 14.133/2021.

4.3 - O prazo de entrega dos equipamentos itens (18 e 48 deste termo de referência) deverá ser em até 30 dias após o recebimento da Ordem de Compras/Nota de Empenho, e os demais itens em até 15 dias após o recebimento do empenho.

4.4 Do local de entrega:

Deverão ser entregue no Centro Municipal da Saúde Synval Guazzelli, sito Av. Dr. Pompílio Gomes Sobrinho, nº 23900 – Centro. Glorinha/RS, de segunda à sexta-feira, das 8h00 às 12h00 e das 13h00 às 17h00.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1. Será considerada vencedora a proposta de menor preço, de acordo com as especificações dos descritivos.

5.2 O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de 12 meses, podendo ser prorrogado por igual período, desde que seja comprovado que o preço é mais vantajoso.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. Cabe a licitante entregar os produtos ou executar os serviços, conforme especificado no Termo de Referência e Edital. Manter, durante toda a execução deste contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

6.2. Cabe à Contratante, através das servidoras Bianca Cristine Muller (titular) e Alessandra Silva (suplente), designadas por Portaria, o qual deverá executar ampla, irrestrita e permanente fiscalização na qualidade dos serviços executados.

6.3 A gestão e a fiscalização do objeto contratado serão realizadas conforme o disposto no Decreto Municipal nº 5990/2023, que “Regulamenta as funções do agente

**PREFEITURA MUNICIPAL DE GLORINHA**

de contratação, da equipe de apoio e da comissão de contratação, suas atribuições e funcionamento, a fiscalização e a gestão dos contratos, e a atuação da assessoria jurídica e do controle interno no âmbito do Município de Glorinha/RS, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021”.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

7.1 Conforme edital.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR/PRESTADOR DE SERVIÇO

8.1 O futuro contratado será selecionado mediante processo licitatório na modalidade Pregão Eletrônico – Registro de Preços.

9. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1 Estima-se para a contratação almejada o valor total de R\$7.015.724,55 referente a dois anos.

Valores conforme pesquisa de mercado:

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT	UNID.	PREÇO MÉDIO	TOTAL
1	Alcool etílico hidratado, teor alcoólico 70%, apresentação em gel, para antisepsia complementar das mãos, embalagem plástica de 4,3kg, EMBALAGEM COM INFORMAÇÕES DE ACORDO COM RDC 185/2001. COM NÚMERO DE REGISTRO NA ANVISA	800	FRASCO	R\$100,60	R\$80.480,00
2	Água destilada, pura, isenta de sais solúveis. Utilização em auto clave. Galão de 05 litros.	1.000	GALÃO	R\$16,64	R\$16.640,00
3	Abaixador de língua de madeira, descartável, com extremidade arredondada, medindo entre 14 cm e 15 cm de comprimento, em embalagem com dados de identificação, procedência, lote e validade, pacote com 100 unid. Embalagem com informações de acordo com RDC 185/2001. Com número de registro na ANVISA.	1.000	PACOTE	R\$6,49	R\$6.490,00
4	Ácido peracético em solução pronta para uso (formulação que para seu uso não necessite de nenhum procedimento de diluição), acompanhado de coadjuvante/adjuvante conforme constar da formulação do produto				



PREFEITURA MUNICIPAL DE GLORINHA

	(ativador/inibidor de corrosão), concentração de 0,09% a 0,15%, pH de 5,5 a 7. Atividade até 30 dias, comprovado por fita reagente específica. Propriedades Microbiológicas: Esporicida, Bactericida, Micobactericida, Fungicida e Virucida. Para uso em desinfecção de alto nível são indicados endoscópios e material de inaloterapia, assistência à saúde, além de artigos não críticos. Odor característico suave, atóxico, sem efeito residual. Tempo de imersão de 10 minutos. Apresentação galão de 05 litros. Laudo de compatibilidade da fita reagente com o produto ofertado.	300	GALÃO	R\$167,55	R\$50.265,00
5	Agulha hipodérmica descartável 25mm x 7mm, estéril, descartável, constituída de tubo de aço inoxidável, embalagem individual. Embalagem com informações segundo RDC 185/2001. Com número de registro na ANVISA. CX com 100 unid.	1.000	CAIXA	R\$11,55	R\$11.550,00
6	Agulha hipodérmica descartável 25mm x 8mm, estéril, descartável, constituída de tubo de aço inoxidável, embalagem individual. Embalagem com informações segundo RDC 185/2001. Com número de registro na ANVISA. CX com 100 unid.	5.000	CAIXA	R\$13,98	R\$69.900,00
7	Agulha hipodérmica descartável 40mm x 12mm, estéril, descartável, constituída de tubo de aço inoxidável, embalagem individual. Embalagem com informações segundo RDC 185/2001. Com número de registro na ANVISA. CX com 100 unid.	5.000	CAIXA	R\$12,53	R\$62.650,00
8	Agulha hipodérmica descartável 30mm x 80mm, estéril, descartável, constituída de tubo de aço inoxidável, embalagem individual. Embalagem com informações segundo RDC 185/2001. Com número de registro na ANVISA. CX com 100 unid.	5.000	CAIXA	R\$9,53	R\$47.650,00
9	Álcool etílico hidratado, teor alcoólico 70%, apresentação líquida, para antisepsia complementar de mãos, embalagem plástica, em frasco com valvula pump com bico, de 1000ml. Embalagem com informações de acordo com RDC 185/2001. Com numero de registro na ANVISA.	3.000	LITRO	R\$16,99	R\$50.970,00
10	Almotolia de Plastico, capacidade para 250 ml, com tampa. Composta de 3 partes: bisnaga, bico rosqueador e tampa. Confeccionada inteiramente em plástico apropriado, resistente, flexível, bisnaga inteira., nitidamente transparente, com paredes uniformes em sua espessura e diametro regular em toda extensão.	300	UNIDAD E	R\$6,62	R\$1.986,00
11	Aparelho descartável para tricotomia, com duas lâmina de aço, cabo de plástico anatômico, com estrias.	5.000	UNIDAD E	R\$1,60	R\$8.000,00
12	Atadura de crepe medindo 06 cmx1,80m em repouso - 13 fios/cm2, em algodão cru ou componentes sintéticos, com bordas				



PREFEITURA MUNICIPAL DE GLORINHA

	delimitadas e devidamente acabadas, elasticidade adequada, enrolada uniformemente, isento de defeitos, em rolo embalagem impermeável e individual. Conforme ABNT-NBR 14056. Com número de registro na ANVISA. Embalagem com informações de acordo com RDC 185/2001.	5.000	UNIDADE E	R\$0,81	R\$4.050,00
13	Atadura de crepe medindo 15cmx1,8m em repouso - 13 fios/cm2 em algodão cru ou componentes sintéticos, com bordas delimitadas e devidamente acabadas, elasticidade adequada, enrolada uniformemente, isento de defeitos, em rolo embalagem impermeável e individual. Conforme ABNT-NBR 14056. Com número de registro na ANVISA. Embalagem com informações de acordo com RDC 185/2001.	5.000	UNIDADE E	R\$1,74	R\$8.700,00
14	Atadura de crepe medindo 20cmx1,8m em repouso - 13 fios/cm2 em algodão cru ou componentes sintéticos, com bordas delimitadas e devidamente acabadas, elasticidade adequada, enrolada uniformemente, isento de defeitos, em rolo embalagem impermeável e individual. Conforme ABNT-NBR 14056. Com número de registro na ANVISA. Embalagem com informações de acordo com RDC 185/2001.	5.000	UNIDADE E	R\$2,29	R\$11.450,00
15	Atadura de crepe medindo 25cmx1,8m em repouso - 13 fios/cm2 em algodão cru ou componentes sintéticos, com bordas delimitadas e devidamente acabadas, elasticidade adequada, enrolada uniformemente, isento de defeitos, em rolo embalagem impermeável e individual. Conforme ABNT-NBR 14056. Com número de registro na ANVISA. Embalagem com informações de acordo com RDC 185/2001.	5.000	UNIDADE E	R\$2,35	R\$11.750,00
16	Avental descartável de manga longa; Utilizado para proteção do profissional em operações que contenham secreções e fluídos corporais; Avental de procedimento de uso clínico e ambulatorial; Manga longa; Descartável; Uso único e individual; Fornecido não estéril; Fabricado com matéria prima não tecido (100% polipropileno); Tamanho único; Contém tiras externas para amarrar no pescoço e cintura; Punho da manga com elástico. Conforme ABNT-NBR 14056. Com número de registro na ANVISA. Embalagem com informações de acordo com RDC 185/2001. Pacote com 10 un.	1.000	PACOTE	R\$24,65	R\$24.650,00
17	Bandeja aço inox 30cm x 20cm x 1,5cm, sem tampa, autoclavável, com numero de registro na ANVISA. Embalagem com informações de acordo com RDC 185/2001.	20	UNIDADE E	R\$88,71	R\$1.774,20
18	Balança eletrônica adulto; capacidade de 300 kg; Estrutura em chapa de aço carbono: garante resistência e qualidade ao produto; Régua antropométrica: permite que o profissional além de verificar o peso também verifique a altura do				



PREFEITURA MUNICIPAL DE GLORINHA

	paciente; Tapete em borracha anti-derrapante: oferece segurança ao usuário; Pés reguláveis: permite que seja colocada em locais de desníveis, tendo a mesma qualidade que em um local plano; Painel led digital: confere precisão nos resultados; Display com 06 dígitos; Menus indicativos e funcionais; Homologada pelo INMETRO e aferida pelo IPEM.	30	UNIDADE E	R\$1.557,55	R\$46.726,50
19	Bobina De Papel Para Eletrocardiógrafo, Termossensível, compatível com aparelho Cardiocare - Bionet - 216mm X 30m	1.000	UNIDADE E	R\$38,76	R\$38.760,00
20	Bolsa coletora de urina, em sistema fechado, descartável, material em PVC, flexível, estéril, não-apirogênico, atóxico, capacidade para 2000 ml, válvula antirefluxo, com conexão vedante a sondas ou outros dispositivos de eliminação. Com número de registro ANVISA.	1.000	UNIDADE E	R\$5,19	R\$5.190,00
21	CX coletora de artigos perfuro cortantes, capacidade para 07 litros. Recipiente em papelão rígido, com saco plástico interno, com alças para transporte, conforme normas da ABNT NR 13853. Embalagem com 10 unids. Com número de registro na ANVISA.	2.000	EMBALAGEM	R\$5,55	R\$11.100,00
22	CX coletora de artigos perfuro cortantes, capacidade para 13 litros. Recipiente em papelão rígido, com saco plástico interno, com alças para transporte, conforme normas da ABNT NR 13853. Embalagem com 10 unids. Com número de registro na ANVISA.	3.000	EMBALAGEM	R\$8,52	R\$25.560,00
23	Campo cirurgico estéril, com fenestra SMS azul 40gr, tamanho 40x40cm. Embalagem em papel grau cirurgica, esterilizada por óxido de etileno, contendo externamente dados de rotulagem conforme RDC/ANVISA 185/2001. Com numero de Registro na ANVISA.	2.000	UNIDADE E	R\$4,53	R\$9.060,00
24	Campo cirurgico estéril, com fenestra SMS azul 40gr, tamanho 50x50cm. Embalagem em papel grau cirurgica, esterilizada por óxido de etileno, contendo externamente dados de rotulagem conforme RDC/ANVISA 185/2001. Com numero de Registro na ANVISA.	5.000	UNIDADE E	R\$4,04	R\$20.200,00
25	Campo operatório 100 % algodão, 270g/m ² não estéril com 4 camadas, tamanho 45cm x 50cm, com cadaço duplo em forma de alça, pacote com 50und. Com número de registro na ANVISA ou notificação simplificada. Embalagem com informações de acordo com o RDC 185/2001.	1.000	PACOTE	R\$73,07	R\$73.070,00
26	Cateter intravenoso periférico nº 20 (abocath). composto de biomaterial compatível com PTFE, teflon, vialon ou outro produto assemelhado, oferecendo aderência completa ao vaso sanguíneo, agulhado com agulha/guia metálica lubrificada para deslizamento sob o cateter promovendo facilidade em sua retirada garantindo remoção facilitada sem prejuízo ao processo da punção venosa, estéril,	1.000	CAIXA	R\$92,03	R\$92.030,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE GLORINHA

	descartável, codificado por cores, com canhão transparente para visualização do refluxo sanguíneo que permitirá segurança ao profissional, comprimento 45mm aprox, CX contendo 100 und (que atenda aos dispositivos de proteção previstos na NR 32, Portaria do MTE 485/2005) Com número de registro na ANVISA. Embalagem com informações de acordo com RDC 185/2001.				
27	Cateter intravenoso periférico número 22 (abocath), composto de biomaterial compatível com PTFE, teflon, vialon ou outro produto assemelhado, oferecendo aderência completa ao vaso sanguíneo, agulhado com agulha/guia metálica lubrificada para deslizamento sob o cateter promovendo facilidade em sua retirada garantindo remoção facilitada sem prejuízo ao processo da punção venosa, estéril, descartável, codificado por cores, com canhão transparente para visualização do refluxo sanguíneo que permitirá segurança ao profissional, comprimento 45mm aprox, CX contendo 100und (que atenda aos dispositivos de proteção previstos na NR 32, Portaria do MTE 485/2005.) Com número de registro na ANVISA. Embalagem com informações de acordo com RDC 185/2001	1.000	CAIXA	R\$165,89	R\$165.890,00
28	Cateter intravenoso periférico nº 24 (abocath), composto de biomaterial compatível com PTFE, teflon, vialon ou outro produto assemelhado, oferecendo aderência completa ao vaso sanguíneo, agulhado com agulha/guia metálica lubrificada para deslizamento sob o cateter promovendo facilidade em sua retirada garantindo remoção facilitada sem prejuízo ao processo da punção venosa, estéril, descartável, codificado por cores, com canhão transparente para visualização do refluxo sanguíneo que permitirá segurança ao profissional, comprimento 45mm aprox, CX contendo 100und (que atenda aos dispositivos de proteção previstos na NR 32, Portaria do MTE 485/2005) Com número de registro na ANVISA. Embalagem com informações de acordo com RDC 185/2001.	1.000	CAIXA	R\$97,88	R\$97.880,00
29	Cateter nasal para oxigenio tipo oculos, tamanho adulto, confeccionado em pvc, flexivel, atoxico; esterilizado pelo processo de oxido de etileno em forma de cilindro reto e inteirico. Com dispositivo conector devidamente acabado e fixado na extremidade distal. Embalagem com informacoes de acordo com rdc 185/2001. Com numero de registro na anvisa.	10.000	UNIDADE	R\$2,04	R\$20.400,00
30	Cateter nasal para oxigenio tipo oculos, tamanho infantil, confeccionado em pvc, flexivel, atoxico; esterilizado pelo processo de oxido de etileno em forma de cilindro reto e inteirico. Com dispositivo conector devidamente acabado e fixado na extremidade distal. Embalagem com	10.000	UNIDADE	R\$2,27	R\$22.700,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE GLORINHA

	informacoes de acordo com rdc 185/2001. Com numero de registro na anvisa				
31	Cloreto de Sódio 0,9% solução injetável em embalagem primária isenta de PVC, sistema fechado, 100ml. Com número de registro na ANVISA ou notificação simplificada.	20.000	UNIDAD E	R\$5,19	R\$103.800,00
32	Cloreto de Sódio 0,9% solução injetável em embalagem primária isenta de PVC, sistema fechado, 250 ml. Com número de registro na ANVISA ou notificação simplificada.	20.000	UNIDAD E	R\$12,16	R\$243.200,00
33	Cloreto de Sódio 0,9% solução injetável em embalagem primária isenta de PVC, sistema fechado, 500 ml. Com número de registro na ANVISA ou notificação simplificada.	10.000	UNIDAD E	R\$16,18	R\$161.800,00
34	Colar cervical tamanho infantil; confeccionado em polietileno, proteção acolchoada nos pontos de apoio, apoio do mento articulável, abertura frontal para cricotireoidostomia, radiotransparente, fechamento com velcro. Com número de registro na ANVISA. Embalagem com informações de acordo com RDC 185/2001.	10	UNIDAD E	R\$19,52	R\$195,20
35	Colar cervical tamanho Neonatal; confeccionado em polietileno, proteção acolchoada nos pontos de apoio, apoio do mento articulável, abertura frontal para cricotireoidostomia, radiotransparente, fechamento com velcro. Com número de registro na ANVISA. Embalagem com informações de acordo com RDC 185/2001.	10	UNIDAD E	R\$19,33	R\$193,30
36	Colar cervical tamanho M; confeccionado em polietileno, proteção acolchoada nos pontos de apoio, apoio do mento articulável, abertura frontal para cricotireoidostomia, radiotransparente, fechamento com velcro. Com número de registro na ANVISA. Embalagem com informações de acordo com RDC 185/2001.	15	UNIDAD E	R\$19,49	R\$292,35
37	Colete imobilizador tipo "KED" ADULTO . Confeccionados em tecido sintético e com hastes em madeira maciça, com uma camada de verniz. Possuem 05 cintos de segurança nas cores de padronização universal (amarelo, vermelho e verde). Suas fivelas são em 100% poliamida, nas cores brancas e pretas. Na parte superior, possui alça dupla em "V", mais uma alça extra para puxar o acidentado. Na parte inferior, alça dupla ou tripla em paralelo ou triangular, com a finalidade de puxar o acidentado mais facilmente. Acompanha ainda 01 jogo de tirante (02 peças) em tecido aderente ou neoprene (dependendo do modelo) para fixação na testa e queixo e, também, 01 ou 02 almofadas (tipo travesseiros), para a fixação da cabeça, coluna ou barriga. Acondicionada em sacola do próprio tecido, para guardar ou transportar mais	10	UNIDAD E	R\$315,64	R\$3.156,40



PREFEITURA MUNICIPAL DE GLORINHA

	facilmente.				
38	Compressa de Gaze em Rolo apresenta-se em formato de bobina (ou gaze tipo queijo) elaborada a partir de tecido de gaze tipo tela 100% algodão, isento de impurezas. Embalagem com informações de acordo com RDC 185/2001. Com número de registro na ANVISA.	2.000	UNIDADE	R\$69,06	R\$138.120,00
39	Cuba redonda 10-11 cm de diâmetro, capacidade para 400 ml , em aço inox autoclavável.	10	UNIDADE	R\$23,22	R\$232,20
40	Compressa de gaze hidrófila 13 fios. Embalagem com 500 unidades, não estéril, dimensão 10x10 cm. Compressa confeccionada em tecido do mais puro algodão. Cor: branca.	20.000	EMBALAGEM	R\$111,22	R\$2.224.400,00
41	Compressa de gaze hidrófila 13 fios. Embalagem com 500 unidades, não estéril, dimensão 7,5x7,5 cm. Compressa confeccionada em tecido do mais puro algodão. Cor: branca.	20.000	EMBALAGEM	R\$49,85	R\$997.000,00
42	Compressa apósito 15x30cm, estéril, embalagem única, compressa 100% algodão, costura nas bordas para evitar desfiação.	5.000	EMBALAGEM	R\$3,97	R\$19.850,00
43	Colar cervical 4x1, material poliestireno alta densidade, revestimento EVA, possui 04 níveis, ajuste nos tamanhos PP, P, M e G, com pino para medicação dos fechos em velco com 50m dos colares. Suporte para queixo, abertura posterior para palpação e ventilação da nuca. N° de registro ANVISA.	50	UNIDADE	R\$59,56	R\$2.978,00
44	Curativo denso de hidrofibra super absorvente. Tecido denso de carboximetilcelulose, altamente com bloqueio de exsudato, absolve exsudato. Curativo primário feito de hidrofibra de carboximetilcelulose contendo ion de prata. Similar a Fibrosol ag.	2.000	UNIDADE	R\$144,07	R\$288.140,00
45	Dispositivo scalp nº21G, para infusão intravenosa com asas, constituído por: agulha siliconizada com bisel bi-angulado e trifacetado, protetor de agulha, asas de impunhadura, tubo vinílico transparente, atóxico, apirogênico, conector fêmea luor-lok, codificado por cores, parede fina, atendendo a NR 32. Com número de registro na ANVISA. Embalagem com 100 unidades, com informações de acordo com RDC 185/2001	1.000	CAIXA	R\$54,66	R\$54.660,00
46	Dispositivo scalp nº23G, para infusão intravenosa com asas, constituído por: agulha siliconizada com bisel bi-angulado e trifacetado, protetor de agulha, asas de impunhadura, tubo vinílico transparente, atóxico, apirogênico, conector fêmea luor-lok, codificado por cores, parede fina, atendendo a NR 32. Com número de registro na ANVISA. Embalagem com 100 unidades, com informações de acordo com RDC 185/2001	1.000	CAIXA	R\$53,52	R\$53.520,00
47	Dispositivo scalp nº27G, para infusão intravenosa com asas, constituído por: agulha	1.000	CAIXA	R\$54,41	R\$54.410,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE GLORINHA

	siliconizada com bisel bi-angulado e trifacetado, protetor de agulha, asas de impunhadura, tubo vinílico transparente, atóxico, aprotogênico, conector fêmea luor-lok, codificado por cores, parede fina, atendendo a NR 32. Com número de registro na ANVISA. Embalagem com 100 unidades e informações de acordo com RDC 185/2001				
48	Detector fetal de mesa, monitor doppler DF - 7000S alta sensibilidade placa eletrônica com componentes SMD. Permite detecção coração do feto, possibilitando avaliação do ritmo cardíaco e fetal durante a gravidez e pré-parto. Faixa de medição ciclagem de 6.000 a 60.000 diâmetro foco ultrassônico : 50mm controle de volume, controle de tonalidade digital.	10	unidade	R\$997,83	R\$9.978,30
49	Eletrodo descartável adulto - para monitorização cardíaca com adesivo hipoalergênico, com gel sólido de boa condutividade na parte central, distribuído de modo uniforme, bem como a espuma central, também regular. Sem rebarbas, que se adapte com facilidade aos eletrodos padrão. Embalagem com informações de acordo com RDC 185/2001. Com número de registro na ANVISA. Pacote com 50 unidades.	1.000	PACOTE	R\$16,28	R\$16.280,00
50	Espátula de ayres em madeira resistente, pontas arredondadas, descartável pacote com 100 unidades, embalagem com informações de acordo com RDC 185/2001. COM NÚMERO DE REGISTRO NA ANVISA.	5.000	PACOTE	R\$14,53	R\$72.650,00
51	Escova cervical adequada para coleta de exame citopatológico. COM NÚMERO DE REGISTRO NA ANVISA. EMBALAGEM COM INFORMAÇÕES DE ACORDO COM RDC 185/2001	7.000	unidade	R\$0,76	R\$5.320,00
52	Espéculo vaginal descartável GRANDE, esterilizado a gás óxido de etileno, com parafuso rosqueado, acoplado em sua extremidade proximal, dispositivo cilíndrico em uma das valvas com aproximadamente 36 mm em sua maior largura distal, 46mm em sua maior largura proximal, 116mm no eixo Longitudinal dos elementos articulados, de material polietileno / polipropileno, resistente. Embalagem individual, trazendo externamente dados de identificação, procedência e lote, data de fabricação e validade. MODELO SEM CATRACA. EMBALAGEM COM INFORMAÇÕES DE ACORDO COM RDC 185/2001	2.000	UNIDADE	R\$2,57	R\$5.140,00
53	Espéculo vaginal descartável MÉDIO, esterilizado a gás óxido de etileno, com parafuso rosqueado, acoplado em sua extremidade proximal, dispositivo cilíndrico em uma das valvas com aproximadamente 33 mm em sua maior largura distal, 30mm em sua maior largura proximal, 116mm no eixo Longitudinal dos elementos articulados, de material polietileno / polipropileno, resistente. Embalagem individual, trazendo externamente dados de identificação, procedência e lote, data	6.000	UNIDADE	R\$2,10	R\$12.600,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE GLORINHA

	de fabricação e validade. MODELO SEM CATRACA. EMBALAGEM COM INFORMAÇÕES DE ACORDO COM RDC 185/2001				
54	Espéculo vaginal descartável PEQUENO, esterilizado a gás óxido de etileno, com parafuso rosqueado, acoplado em sua extremidade proximal, dispositivo cilíndrico em uma das valvas com aproximadamente 29 mm em sua maior largura distal, 24mm em sua maior largura proximal, 110mm no eixo Longitudinal dos elementos articulados, de material polietileno / polipropileno, resistente. Embalagem individual, trazendo externamente dados de identificação, procedência e lote, data de fabricação e validade. MODELO SEM CATRACA. EMBALAGEM COM INFORMAÇÕES DE ACORDO COM RDC 185/2001	2.000	UNIDAD E	R\$2,02	R\$4.040,00
55	Envelope auto-selante para esterilização em auto-claves a vapor, CXs com 100 unids, tamanho 150mm x 250 mm. Com número de registro na ANVISA. Embalagem com informações de acordo com RDC 185/2001	2.000	CAIXA	R\$47,58	R\$95.160,00
56	Envelope auto-selante para esterilização em auto-claves a vapor, CXs com 100 unids, tamanho 190mm x 330 mm. Com número de registro na ANVISA. Embalagem com informações de acordo com RDC 185/2001	2.000	CAIXA	R\$79,59	R\$159.180,00
57	Equipo de microgotas simples c/ ponta pérfuro, gotejador flexível preciso(reg60mcgt=1ml), tubo pvc atóxico,apirrogênico, comprimento mínimo 120cm, pinça rolete, conector luer macho com protetor, com entrada de ar através de filtro hidrófobo bacteriológico, estéril, enbalado em papel grau cirúrgico com dados conforme RDC 185/2001. Com número de registro na ANVISA.	2.000	UNIDAD E	R\$2,73	R\$5.460,00
58	Equipo macrogotas com câmara gotejadora flexível, ponta perfurante, gotejador preciso (20GTS=1MI),tubo pvc atóxico,apirrogênico, com entrada de ar através de filtro hidrófobo bacteriológico. comprimento mínimo 120cm, pinça rolete, conector bico luer slip, protetor estéril, enbalado em papel grau cirúrgico com dados conforme RDC 185/2001. Com número de registro na ANVISA.	20.000	UNIDAD E	R\$1,11	R\$22.200,00
59	Equipo macrogotas para alimentação enteral,estéril,descartável,tubo flexível,na cor azul,em PVC atóxico,com aproximadamente 150cm,pinça rolete de alta precisão e conector escalonado,para infusão de solução enteral por gravidade através de sondas, conforme NBR ISO 594-1. Embalado em papel grau cirurgico,individualmente. Com número de registro na ANVISA. Embalagem com informações de acordo com RDC 185/2001	5.000	UNIDAD E	R\$2,36	R\$11.800,00
60	Espaçador para medicamento inalatório adulto, camera em alumínio..Embalagem com				



PREFEITURA MUNICIPAL DE GLORINHA

	informações de acordo com RDC 185/2001. Com número de registro na ANVISA.	50	UNIDADE	R\$45,23	R\$2.261,50
61	Espaçador para medicamento inalatório infantil com camera em alumínio. .Embalagem com informações de acordo com RDC 185/2001. Com número de registro na ANVISA.	100	UNIDADE	R\$45,23	R\$4.523,00
62	Esfigmomanômetro digital automático braço adulto. Aparelho de pressão digital.Com visor LCD. Braçadeira adulto 22cm há 36 cm.	50	UNIDADE	R\$140,93	R\$7.046,50
63	Extensor em PVC verde estéril, para oxigenoterapia com conector latéx 2,00 metros.Embalagem com informações e número de registro na ANVISA.	5.000	UNIDADE	R\$6,86	R\$34.300,00
64	Fio Mononylon 2-0 com agulha cortante de Fio para Sutura Shalon Nylon 2-0 Com Agulha Triangular de 3,0 cm e 3/8 A sutura de Nylon preta com agulha cirúrgicas de aço inox.	100	CAIXA	R\$41,82	R\$4.182,00
65	Fio Mononylon 3-0com agulha cortante, de 3,0 cm. CT13/8 circ, de 45 cm. CX com 24 unids. Embalagem com informações de acordo com RDC 185/2001. Com número de registro na Anvisa.	100	CAIXA	R\$43,32	R\$4.332,00
66	Fio Mononylon 4-0 com agulha cortante, de 2,5 cm. CT13/8 circ, de 45 cm. CX com 24 unids. Embalagem com informações de acordo com RDC 185/2001. Com número de registro na Anvisa.	100	CAIXA	R\$41,41	R\$4.141,00
67	Fio Mononylon 5-0 com agulha cortante, de 2,0 cm. CT13/8 circ, de 45 cm. CX com 24 unids. Embalagem com informações de acordo com RDC 185/2001. Com número de registro na Anvisa.	100	CAIXA	R\$44,87	R\$4.487,00
68	Fita adesiva cirúrgica microporosa hipoalérgica 2,5mmx10 m com dorso de não tecido microporoso, massa adesiva hipoalergênica na face interna, cor clara, embalagem tipo carretel com proteção.Embalagem com informações de acordo com RDC 185/2001. Com número de registro na ANVISA.	1.000	UNIDADE	R\$2,93	R\$2.930,00
69	Fita adesiva cirúrgica microporosa hipoalergênica 50mm x 10m com dorso de não tecido, microporoso, massa adesiva hipoalergênica na face interna, cor clara, embalagem tipo carretel com proteção.Embalagem com informações de acordo com RDC 185/2001. Com número de registro na ANVISA.	1.000	UNIDADE	R\$5,58	R\$5.580,00
70	Fita Adesiva Indicadora para Autoclave 19mm x 30cm, que identifica pacotes que passarão por autoclavagem, com composição em papel crepado, tinta reativa à autoclave, adesivo a base de borracha e resina.	500	UNIDADE	R\$4,76	R\$2.380,00
71	Fita crepe 19x50mm, embalagem contendo 01				



PREFEITURA MUNICIPAL DE GLORINHA

	unid.Embalagem com informações de acordo com RDC 185/2001. Com número de registro na ANVISA.	500	UNIDAD E	R\$5,69	R\$2.845,00
72	Fluxômetro para ar comprimido; corpo de latão cromado; com escala graduada de 0 a 15 l/min; bilha dupla em policarbonato; transparente e inquebrável; duplo cônico; flutuador esférico em aço inoxidável; sistema de compensação de pressão.	50	UNIDAD E	R\$69,11	R\$3.455,50
73	Frasco descartável para dieta enteral plástico transparente estéril graduado a cada 50ml, dispositivo de vedação acoplada a tampa rosqueada e alça para suporte embalado individualmente com especificação do lote expresso no produto. Capacidade 500 ml. Embalagem com informações de acordo com RDC 185/2001. Com número de registro na ANVISA.	10.000	UNIDAD E	R\$2,24	R\$22.400,00
74	Gaze de Rayon embebida com ácidos graxos essenciais, lectina de soja, TCM, óleo de copaíba, óleo de malaleuca, vitaminas A e E. Apresentação 7,5 x 15 cm. Com número e registro na Anvisa.	500	UNIDAD E	R\$9,87	R\$4.935,00
75	Gel para ultrassonografia, inodoro, hipoalergênico, não gorduroso, sem álcool, consistência firme, não pegajoso, de fácil remoção da pele. Frasco com 250g.	5.000	UNIDAD E	R\$5,37	R\$26.850,00
76	Haste flexível c/ pontas de algodão hidrófilo, tipo cotonetes, embalagem com 75 unid.Embalagem com informações de acordo com RDC 185/2001. Com número de registro na ANVISA	1.000	EMBALA GEM	R\$3,30	R\$3.300,00
77	Kit completo de nebulização adulto composto de máscara, nebulímetro, e extensor. Embalagem com informações de acordo com RDC 185/2001. Com número e registro na Anvisa.	100	UNIDAD E	R\$12,07	R\$1.207,00
78	Kit completo de nebulização infantil, composto de máscara, nebulímetro, e extensor. Embalagem com informações de acordo com RDC 185/2001. Com número e registro na Anvisa.	100	UNIDAD E	R\$11,94	R\$1.194,00
79	Lençol de papel descartável em rolo, 70CM X 50M, cor branca, embalagem individual. Com número e registro na Anvisa.	10.000	UNIDAD E	R\$14,51	R\$145.100,00
80	Lacre com numeração, malote azul 23 cm. Caixa com 100 um.	2.000	caixa	R\$29,83	R\$59.660,00
81	Lâmina para bisturi n. 11 em aço carbono, isenta de rebarbas e sianais de oxidação, afiada com perfeita adaptação ao cabo de bisturi padrão, embalagem individual, estéril, com abertura em pétala, com dados de identificação e procedência, data e tipo de esterilização e tempo de validade, om registro em órgão competente. CX com 100 unids. Embalagem com informações de acordo com RDC 185/2001. Com número e registro na	100	CAIXA	R\$37,51	R\$3.751,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE GLORINHA

	Anvisa.				
82	Lâmina para microscopia, 26 mm x 76 mm, tarja fosca para inscrição, lapidada com embalagem de 50 unids. Embalagem com informações de acordo com RDC 185/2001. Com número e registro na Anvisa.	100	CAIXA	R\$16,32	R\$1.632,00
83	Luva cirúrgica estéril nº 6,5, confeccionada em latex natural; formato anatômico; flexibilidade; resistência e sensibilidade tátil; adequadas para sua finalidade; atóxica. Pacote com 01 par	2.000	PACOTE	R\$2,69	R\$5.380,00
84	Luva cirúrgica estéril nº 7,0; confeccionada em latex natural; formato anatômico; flexibilidade; resistência e sensibilidade tátil; adequadas para sua finalidade; atóxica. Pacote com 01 par.	2.000	PACOTE	R\$3,04	R\$6.080,00
85	Luva cirúrgica estéril nº 7,5; confeccionada em latex natural; formato anatômico; flexibilidade; resistência e sensibilidade tátil; adequadas para sua finalidade; atóxica.	2.000	PACOTE	R\$3,03	R\$6.060,00
86	Luva cirúrgica estéril nº 8,0; confeccionada em latex natural; formato anatômico; flexibilidade; resistência e sensibilidade tátil; adequadas para sua finalidade; atóxica. Pacote com 01 par.	2.000	PACOTE	R\$3,13	R\$6.260,00
87	Luva cirúrgica estéril nº 8,5; confeccionada em latex natural; formato anatômico; flexibilidade; resistência e sensibilidade tátil; adequadas para sua finalidade; atóxica. Pacote com 01 par.	2.000	PACOTE	R\$2,69	R\$5.380,00
88	Luva de Vinil transparente anti-alérgica - CXs com 100 unids, tamanho M, com pó. Embalagem com informações de acordo com RDC 185/2001	1.000	CAIXA	R\$18,13	R\$18.130,00
89	Luva de Vinil transparente anti-alérgica - CXs com 100 unids, tamanho G, com pó. Embalagem com informações de acordo com RDC 185/2001	1.000	CAIXA	R\$21,84	R\$21.840,00
90	Luva de Vinil transparente anti-alérgica cxs com 100 und, SEM PÓ, tamanho M. Embalagem conforme informações de acordo com RDC 185/2001.	1.000	CAIXA	R\$26,23	R\$26.230,00
91	Luvas de látex, para procedimentos não invasivos, tamanho GG, CX com 100und, com pó. Luvas em látex 100% natural, não estéril, ambidestras, resistentes, com tensão de ruptura mínima, atendendo ao padrão 1.5 AQL. Impermeável a água e outros líquidos. Com número de registro na ANVISA	1.000	CAIXA	R\$25,24	R\$25.240,00
92	Luvas de látex, para procedimentos não invasivos, tamanho G, CX com 100und, com pó. Luvas em látex 100% natural, não estéril, ambidestras, resistentes, com tensão de ruptura mínima, atendendo ao padrão 1.5 AQL. Impermeável a água e outros líquidos. Com	1.000	CAIXA	R\$32,22	R\$32.220,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE GLORINHA

	número de registro na ANVISA				
93	Luvas de látex, para procedimentos não invasivos, tamanho M. Luvas em látex 100% natural, com pó, não estéril, ambidestras, resistentes, com tensão de ruptura mínima, atendendo ao padrão 1.5 AQL. Impermeável a água e outros líquidos. Com número de registro na ANVISA	1.000	CAIXA	R\$24,91	R\$24.910,00
94	Luvas de látex, para procedimentos não invasivos, tamanho P,CX com 100und. Luvas em látex 100% natural, não estéril, ambidestras, resistentes, com tensão de ruptura mínima, atendendo ao padrão 1.5 AQL. Impermeável a água e outros líquidos. Com número de registro na ANVISA.	1.000	CAIXA	R\$32,77	R\$32.770,00
95	Luvas de látex, para procedimentos não invasivos, tamanho PP,CX com 100und, com pó. Luvas em látex 100% natural, não estéril, ambidestras, resistentes, com tensão de ruptura mínima, atendendo ao padrão 1.5 AQL. Impermeável a água e outros líquidos. Com número de registro na ANVISA.	1.000	CAIXA	R\$22,75	R\$22.750,00
96	Luva de procedimento nítica sem pó, azul. Caixa com 100 unidades. Tamanho M Impermeável a água e a outros líquidos. Com número de registro na ANVISA.	500	CAIXA	R\$34,94	R\$17.470,00
97	Manta Térmica aluminizada 2,10cm x 1,40 cm, descartável, utilizado para manutenção do calor corpóreo na prevenção do estado de choque ou queimaduras. Confeccionado em poliéster, polietileno ou polipropileno recoberto com alumínio com espessura de 25 a 20 micras.	1.000	UNIDADE	R\$10,36	R\$10.360,00
98	Máscara cirúrgica descartável, com 03 camadas de proteção, com filtro bacteriano entre as camadas, em propileno, presilha interna que molda o nariz em toda a sua extensão, cor branca, com amarração em tiras, CX com 50 unids, embalagens com todas as informações de identificação do produto, validade mínima de 24 meses. Embalagem com informações de acordo com RDC 185/2001, Com número de registro na anvisa.	5.000	CAIXA	R\$20,36	R\$101.800,00
99	Máscara descartável de proteção respiratória N95 PFF2, purificador de ar, semi-facial e filtrante de partículas. Para proteger as vias respiratórias contra diversos tipos de infecções. Inerte e antisséptico; Hipoalergênico e atóxico; Embalagem individual.	1.000	UNIDADE	R\$6,26	R\$6.260,00
100	Mascara de oxigênio com reservatório. (HUDSON) Mascara confeccionada em PVC macio com faixa elástica ajustável. Reservatório em polipropileno (PP) Extensão em PVC. ADULTO	100	UNIDADE	R\$11,79	R\$1.179,00
101	Máscara Laríngea descartável,estéril, Tamanho N. 1, fabricada 100% em silicone grau médico e totalmente livre de látex, com reforço em				



PREFEITURA MUNICIPAL DE GLORINHA

	espiral minimiza esmagamento, resistente á torção ou dobras, com barras que protegem a obstrução acidental da epiglote, com engate para seringas.	100	UNIDAD E	R\$58,56	R\$5.856,00
102	Máscara Laríngea descartável,estéril, Tamanho N. 1.5, fabricada 100% em silicone grau médico e totalmente livre de látex, com reforço em espiral minimiza esmagamento, resistente á torção ou dobras, com barras que protegem a obstrução acidental da epiglote, com engate para seringas.	100	UNIDAD E	R\$56,85	R\$5.685,00
103	Máscara Laríngea descartável,estéril, Tamanho N. 2, fabricada 100% em silicone grau médico e totalmente livre de látex, com reforço em espiral minimiza esmagamento, resistente á torção ou dobras, com barras que protegem a obstrução acidental da epiglote, com engate para seringas.	100	UNIDAD E	R\$53,77	R\$5.377,00
104	Máscara Laríngea descartável,estéril, Tamanho N. 2,5, fabricada 100% em silicone grau médico e totalmente livre de látex, com reforço em espiral minimiza esmagamento, resistente á torção ou dobras, com barras que protegem a obstrução acidental da epiglote, com engate para seringas.	100	UNIDAD E	R\$53,76	R\$5.376,00
105	Máscara Laríngea descartável,estéril, Tamanho N. 3, fabricada 100% em silicone grau médico e totalmente livre de látex, com reforço em espiral minimiza esmagamento, resistente á torção ou dobras, com barras que protegem a obstrução acidental da epiglote, com engate para seringas.	100	UNIDAD E	R\$53,77	R\$5.377,00
106	Máscara Laríngea descartável,estéril, Tamanho N. 4, fabricada 100% em silicone grau médico e totalmente livre de látex, com reforço em espiral minimiza esmagamento, resistente á torção ou dobras, com barras que protegem a obstrução acidental da epiglote, com engate para seringas.	100	UNIDAD E	R\$53,77	R\$5.377,00
107	Máscara Laríngea descartável,estéril, Tamanho N. 5, fabricada 100% em silicone grau médico e totalmente livre de látex, com reforço em espiral minimiza esmagamento, resistente á torção ou dobras, com barras que protegem a obstrução acidental da epiglote, com engate para seringas.	100	UNIDAD E	R\$53,77	R\$5.377,00
108	Macacão para socorrista, padrão mil C83141A (usaf), cor azul marinho escuro, tecido Brim, numeração abnt PP, P, M, G, GG, XGG, opção de nome e tipo sanguíneo para confecção da tarja de identificação (a ser informado no envio da solicitação).	50	UNIDAD E	R\$481,02	R\$24.051,00
109	Par de pás para DEA compatível com desfibrilador da marca HEARTSINE SAMARITAN PAD- adulto	30	UNIDAD E	R\$596,82	R\$17.904,60



PREFEITURA MUNICIPAL DE GLORINHA

110	Seringa descartável, 3ml seringa descartável com graduação milimetrada, enumerada a cada 01 ml, com luer-slip(bico reto) com borracha na ponta do êmbolo, com boa vedação, permitindo perfeito deslize obedecendo aos padrões universalmente adotados e estar em acordo com ABNT-NBR n°. 9752, embalagem individual estéril, com dados de identificação e procedência, data de esterilização e prazo de validade, com registro em órgão competente. Embalagem com informações de acordo com RDC 185/2001. Com número de registro na ANVISA.	20.000	UNIDAD E	R\$0,25	R\$5.000,00
111	Seringa descartável, 5ml seringa descartável com graduação milimetrada, enumerada a cada 01 ml, com luer-slip(bico reto), com borracha na ponta do êmbolo, com boa vedação, permitindo perfeito deslize obedecendo aos padrões universalmente adotados e estar em acordo com ABNT-NBR n°. 9752, embalagem individual estéril, com dados de identificação e procedência, data de esterilização e prazo de validade, com registro em órgão competente. Embalagem com informações de acordo com RDC 185/2001. Com número de registro na ANVISA.	20.000	UNIDAD E	R\$0,30	R\$6.000,00
112	Seringa descartável, 10ml seringa descartável com graduação milimetrada, enumerada a cada 01 ml, com luer-slip com borracha na ponta do êmbolo, com boa vedação, permitindo perfeito deslize obedecendo aos padrões universalmente adotados e estar em acordo com ABNT-NBR n°. 9752, embalagem individual estéril, com dados de identificação e procedência, data de esterilização e prazo de validade, com registro em órgão competente. Embalagem com informações de acordo com RDC 185/2001. Com número de registro na ANVISA.	20.000	UNIDAD E	R\$0,42	R\$8.400,00
113	Seringa descartável, 20 ml seringa descartável com graduação milimetrada, enumerada a cada 10 ml, com luer-slip com borracha na ponta do êmbolo, com boa vedação, permitindo perfeito deslize obedecendo aos padrões universalmente adotados e estar em acordo com ABNT-NBR n°. 9752, embalagem individual estéril, com dados de identificação e procedência, data de esterilização e prazo de validade, com registro em órgão competente. Embalagem com informações de acordo com RDC 185/2001. Com número de registro na ANVISA.	20.000	UNIDAD E	R\$0,89	R\$17.800,00
114	SOLUÇÃO DE GLICONATO DE CLOREXIDINA 2%, DEGERMANTE, EM FRASCOS DE 1000 ML (1 LITRO). COM NÚMERO DE REGISTRO NA ANVISA OU NOTIFICAÇÃO SIMPLIFICADA. - FRASCO 1.000ML	1.000	LITRO	R\$27,65	R\$27.650,00
115	Sonda Aspiração traqueal n°. 04, sonda de aspiração traquea descartável, estéril,				



PREFEITURA MUNICIPAL DE GLORINHA

	confeccionada em polivini ou similar, atóxico, apirogênico, flexível e transparente, com orifício central na extremidade proximal e outro lateral próximo à ponta, com conector que se adapte perfeitamente à conexão de vácuo, com ponta aberta e delicada, que proporcione fácil manuseio sem causar lesão na mucosa, embalagem individual. Embalagem com informações de acordo com RDC 185/2001. Com número de registro na ANVISA.	5.000	UNIDAD E	R\$1,11	R\$5.550,00
116	Sonda Aspiração traqueal n°. 06, sonda de aspiração traquea descartável, estéril, confeccionada em polivini ou similar, atóxico, apirogênico, flexível e transparente, com orifício central na extremidade proximal e outro lateral próximo à ponta, com conector que se adapte perfeitamente à conexão de vácuo, com ponta aberta e delicada, que proporcione fácil manuseio sem causar lesão na mucosa, embalagem individual. Embalagem com informações de acordo com RDC 185/2001. Com número de registro na ANVISA.	5.000	UNIDAD E	R\$1,00	R\$5.000,00
117	Sonda Aspiração traqueal n°. 08, sonda de aspiração traquea descartável, estéril, confeccionada em polivini ou similar, atóxico, apirogênico, flexível e transparente, com orifício central na extremidade proximal e outro lateral próximo à ponta, com conector que se adapte perfeitamente à conexão de vácuo, com ponta aberta e delicada, que proporcione fácil manuseio sem causar lesão na mucosa, embalagem individual. Embalagem com informações de acordo com RDC 185/2001. Com número de registro na ANVISA.	5.000	UNIDAD E	R\$0,96	R\$4.800,00
118	Sonda Aspiração traqueal n°. 10, sonda de aspiração traqueal descartável, estéril, confeccionada em polivinil ou similar, atóxico, apirogênico, flexível e transparente, com orifício central na extremidade proximal e outro lateral próximo à ponta, com conector que se adapte perfeitamente à conexão de vácuo, com ponta aberta e delicada, que proporcione fácil manuseio sem causar lesão na mucosa, embalagem individual. Embalagem com informações de acordo com RDC 185/2001. Com número de registro na ANVISA.	5.000	UNIDAD E	R\$1,24	R\$6.200,00
119	Sonda Aspiração traqueal n°. 12, sonda de aspiração traqueal descartável, estéril, confeccionada em polivinil ou similar, atóxico, apirogênico, flexível e transparente, com orifício central na extremidade proximal e outro lateral próximo à ponta, com conector que se adapte perfeitamente à conexão de vácuo, com ponta aberta e delicada, que proporcione fácil manuseio sem causar lesão na mucosa, embalagem individual. Embalagem com informações de acordo com RDC 185/2001. Com número de registro na ANVISA.	5.000	UNIDAD E	R\$1,27	R\$6.350,00
120	Sonda Aspiração traqueal n°. 14, sonda de aspiração traqueal descartável, estéril,				



PREFEITURA MUNICIPAL DE GLORINHA

	confeccionada em polivinil ou similar, atóxico, aprotogênico, flexível e transparente, com orifício central na extremidade proximal e outro lateral próximo à ponta, com conector que se adapte perfeitamente à conexão de vácuo, com ponta aberta e delicada, que proporcione fácil manuseio sem causar lesão na mucosa, embalagem individual. Embalagem com informações de acordo com RDC 185/2001. Com número de registro na ANVISA.	5.000	UNIDADE	R\$1,01	R\$5.050,00
121	Sonda Foley 2v n°. 10, sonda vesical estéril com balonete que se preenche de forma uniforme, confeccionada em borracha natural, siliconizada com ponta arredondada com dois orifícios contra-laterais (bilaterais), em lados opostos e na mesma altura, sem rebarbas e isenta de defeitos, deve apresentar o n°. do calibre e a capacidade do balão visível embalagem dupla c/b. 30. Embalagem com informações de acordo com RDC 185/2001. Com número de registro na ANVISA.	1.000	UNIDADE	R\$7,71	R\$7.710,00
122	Sonda Foley 2v n°. 12 sonda vesical estéril com balonete que se preenche de forma uniforme, confeccionada em borracha natural, siliconizada com ponta arredondada com dois orifícios contra-laterais (bilaterais), em lados opostos e na mesma altura, sem rebarbas e isenta de defeitos deve apresentar o n°. do calibre e a capacidade do balão visível embalagem. Embalagem com informações de acordo com RDC 185/2001. Com número de registro na ANVISA.	1.000	UNIDADE	R\$5,64	R\$5.640,00
123	Sonda Foley 2v n°. 14 sonda vesical estéril com balonete que se preenche de forma uniforme, confeccionada em borracha natural, siliconizada com ponta arredondada com dois orifícios contra-laterais (bilaterais), em lados opostos e na mesma altura, sem rebarbas e isenta de defeitos deve apresentar o n°. do calibre e a capacidade do balão visível embalagem. Embalagem com informações de acordo com RDC 185/2001. Com número de registro na ANVISA.	1.000	UNIDADE	R\$5,60	R\$5.600,00
124	Sonda Foley 2v n°. 16 sonda vesical estéril com balonete que se preenche de forma uniforme, confeccionada em borracha natural, siliconizada com ponta arredondada com dois orifícios contra-laterais (bilaterais), em lados opostos e na mesma altura, sem rebarbas e isenta de defeitos deve apresentar o n°. do calibre e a capacidade do balão visível embalagem. Embalagem com informações de acordo com RDC 185/2001. Com número de registro na ANVISA.	1.000	UNIDADE	R\$5,33	R\$5.330,00
125	Sonda Foley 2v n°. 18 sonda vesical estéril com balonete que se preenche de forma uniforme, confeccionada em borracha natural, siliconizada com ponta arredondada com dois orifícios contra-laterais (bilaterais), em lados opostos e na mesma altura, sem rebarbas e	1.000	UNIDADE	R\$5,34	R\$5.340,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE GLORINHA

	isenta de defeitos deve apresentar o n°. do calibre e a capacidade do balão visível embalagem. Embalagem com informações de acordo com RDC 185/2001. Com número de registro na ANVISA.				
126	Sonda Foley 2v n°. 20 sonda vesical estéril com balonete que se preenche de forma uniforme, confeccionada em borracha natural, siliconizada com ponta arredondada com dois orifícios contra-laterais (bilaterais), em lados opostos e na mesma altura, sem rebarbas e isenta de defeitos deve apresentar o n°. do calibre e a capacidade do balão visível embalagem. Embalagem com informações de acordo com RDC 185/2001. Com número de registro na ANVISA.	1.000	UNIDADE	R\$5,62	R\$5.620,00
127	Sonda Foley 2v. n°. 22, sonda vesical estéril com balonete que se preenche de forma uniforme, confeccionada em borracha natural, siliconizada com ponta arredondada com dois orifícios contra-laterais (bilaterais), em lados opostos e na mesma altura, sem rebarbas e isenta de defeitos deve apresentar o n° do calibre e a capacidade do balão visível embalagem. Embalagem com informações de acordo com RDC 185/2001. Com número de registro na Anvisa.	1.000	UNIDADE	R\$5,62	R\$5.620,00
128	Sonda nasal alimentação enteral INFANTIL 08 fr-120cm guia aço inox, em poliuretano flocare, com as seguintes descrições: Nasogástrica/duodenal/jejunal; Com guia metálico flexível (mandril); com conector “luer lock” tipo macho; Adaptador Para inserção de seringa; Radiopaca; Esterilizada por radiação gama; Com marcações ao longo do comprimento e descartável, atóxica, estéril. Embalagem com informações de acordo com RDC 185/2001. Com número de registro na ANVISA.	500	UNIDADE	R\$14,18	R\$7.090,00
129	Sonda Nasogástrica longa n. 12 siliconizada, confeccionada em material atóxico, maleável, transparente, com conector universal, atraumática, estéril, descartável, embalagem individual, com abertura asséptica, contendo dados de identificação e procedência, tipo e data de esterilização, validade, numero de lote e registro no Ministério da Saúde. Embalagem com informações de acordo com RDC 185/2001. Com número de registro na ANVISA.	500	unidade	R\$2,05	R\$1.025,00
130	Sonda uretral descartável nº 08 confeccionada em polivinil, atóxico, transparente, flexível, com dois orifícios laterais na parte distal, embalagem individual, em filme plástico, constando externamente os dados de identificação, tipo de esterilização, número do lote, data de validade e registro no Ministério da Saúde. Embalagem com informações de acordo com RDC 185/2001. Com número de registro na ANVISA.	2.000	unidade	R\$0,84	R\$1.680,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE GLORINHA

131	Sonda uretral descartável nº 10 confeccionada em polivinil, atóxico, transparente, flexível, com dois orifícios laterais na parte distal, embalagem individual, em filme plástico, constando externamente os dados de identificação, tipo de esterilização, número do lote, data de validade e registro no Ministério da Saúde. Embalagem com informações de acordo com RDC 185/2001. Com número de registro na ANVISA.	2.000	unidade	R\$0,97	R\$1.940,00
132	Sonda uretral descartável nº 12 confeccionada em polivinil, atóxico, transparente, flexível, com dois orifícios laterais na parte distal, embalagem individual, em filme plástico, constando externamente os dados de identificação, tipo de esterilização, número do lote, data de validade e registro no Ministério da Saúde. Embalagem com informações de acordo com RDC 185/2001. Com número de registro na ANVISA.	3.000	UNIDADE E	0,92	R\$2.760,00
133	Teste BHC por amostra de Urina - teste imunocromatográfico de etapa única, para determinação qualitativa da gonadotrofina coriônica humana (hCG), na urina e no soro. Utiliza dois tipos de anticorpos que identificam a presença do hormônio hCG, com sensibilidade de 25 UI/ml. Não armazenar em geladeira. Apresentação: CX com 50 testes, embalados individualmente.	500	caixa	R\$72,75	R\$36.375,00
134	Touca de 100% propileno, descartável, sanfonada, com elástico, hipoalergênicas, tamanho 1,9" (45cm x 50cm). Embalagem com informações de acordo com RDC 185/2001. Com número de registro na ANVISA.	5.000	unidade	R\$13,73	R\$68.650,00
135	Tubo endotraqueal, descartável, com conector balão n. 2,5. estéril. Tubo em material plástico utilizado para intubação endotraqueal; Marcadores de graduação em centímetros; Embalagem individual tipo Blister, de fácil abertura em Papel grau Cirúrgico; Modelo com Cuff (Balão); Fabricado em polipropileno, válvula ABS com mola inoxidável; Isenta de látex; Embalagem com informações de acordo com RDC 185/2001. Com número de registro na ANVISA.	500	unidade	R\$4,44	R\$2.200,00
136	Tubo endotraqueal, descartável, com conector balão n. 3,0. estéril. Tubo em material plástico utilizado para intubação endotraqueal; Marcadores de graduação em centímetros; Embalagem individual tipo Blister, de fácil abertura em Papel grau Cirúrgico; Modelo com Cuff (Balão); Fabricado em polipropileno, válvula ABS com mola inoxidável; Isenta de látex; Embalagem com informações de acordo com RDC 185/2001. Com número de registro na ANVISA.	500	unidade	R\$4,28	R\$2.140,00
137	Tubo endotraqueal, descartável, com conector balão n. 3,5. estéril. Tubo em material plástico utilizado para intubação endotraqueal;				



PREFEITURA MUNICIPAL DE GLORINHA

	Marcadores de graduação em centímetros; Embalagem individual tipo Blister, de fácil abertura em Papel grau Cirúrgico; Modelo com Cuff (Balão); Fabricado em polipropileno, válvula ABS com mola inoxidável; Isenta de látex; Embalagem com informações de acordo com RDC 185/2001. Com número de registro na ANVISA.	500	unidade	R\$4,35	R\$2.175,00
138	Tubo endotraqueal, descartável, com conector balão n. 4,0. estéril. Tubo em material plástico utilizado para intubação endotraqueal; Marcadores de graduação em centímetros; Embalagem individual tipo Blister, de fácil abertura em Papel grau Cirúrgico; Modelo com Cuff (Balão); Fabricado em polipropileno, válvula ABS com mola inoxidável; Isenta de látex; Embalagem com informações de acordo com RDC 185/2001. Com número de registro na ANVISA.	500	unidade	R\$4,31	R\$2.155,00
139	Tubo endotraqueal, descartável, com conector balão n. 4,5. estéril. Tubo em material plástico utilizado para intubação endotraqueal; Marcadores de graduação em centímetros; Embalagem individual tipo Blister, de fácil abertura em Papel grau Cirúrgico; Modelo com Cuff (Balão); Fabricado em polipropileno, válvula ABS com mola inoxidável; Isenta de látex; Embalagem com informações de acordo com RDC 185/2001. Com número de registro na ANVISA.	500	unidade	R\$4,35	R\$2.175,00
140	Tubo endotraqueal, descartável, com conector balão n. 5,0. estéril. Tubo em material plástico utilizado para intubação endotraqueal; Marcadores de graduação em centímetros; Embalagem individual tipo Blister, de fácil abertura em papel grau Cirúrgico; Embalagem individual tipo Blister, de fácil abertura em Papel grau Cirúrgico; Modelo com Cuff (Balão); Fabricado em polipropileno, válvula ABS com mola inoxidável; Isenta de látex; Embalagem com informações de acordo com RDC 185/2001. Com número de registro na ANVISA.	500	unidade	R\$4,34	R\$2.170,00
141	Tubo endotraqueal, descartável, com conector balão n. 5,5. estéril. Tubo em material plástico utilizado para intubação endotraqueal; Marcadores de graduação em centímetros; Embalagem individual tipo Blister, de fácil abertura em Papel grau Cirúrgico; Modelo com Cuff (Balão); Fabricado em polipropileno, válvula ABS com mola inoxidável; Isenta de látex; Embalagem com informações de acordo com RDC 185/2001. Com número de registro na ANVISA.	500	unidade	R\$4,49	R\$2.245,00
142	Tubo endotraqueal, descartável, com conector balão n. 6,0. estéril. Tubo em material plástico utilizado para intubação endotraqueal; Marcadores de graduação em centímetros; Embalagem individual tipo Blister, de fácil abertura em Papel grau	500	unidade	R\$3,88	R\$1.940,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE GLORINHA

	Cirúrgico;Modelo com Cuff (Balão);Fabricado em polipropileno, válvula ABS com mola inoxidável;Isenta de látex;Embalagem com informações de acordo com RDC 185/2001. Com número de registro na ANVISA.				
143	Tubo endotraqueal, descartável, com conector balão n. 6,5. estéril. Tubo em material plástico utilizado para intubação endotraqueal;Marcadores de graduação em centímetros;Embalagem individual tipo Blister, de fácil abertura em Papel grau Cirúrgico;Modelo com Cuff (Balão);Fabricado em polipropileno, válvula ABS com mola inoxidável;Isenta de látex;Embalagem com informações de acordo com RDC 185/2001. Com número de registro na ANVISA.	500	unidade	R\$4,39	R\$2.195,00
144	Tubo endotraqueal, descartável, com conector balão n. 7,0. estéril. Tubo em material plástico utilizado para intubação endotraqueal;Marcadores de graduação em centímetros;Embalagem individual tipo Blister, de fácil abertura em Papel grau Cirúrgico;Modelo com Cuff (Balão);Fabricado em polipropileno, válvula ABS com mola inoxidável;Isenta de látex;Embalagem com informações de acordo com RDC 185/2001. Com número de registro na ANVISA.	1.000	unidade	R\$4,26	R\$4.260,00
145	Tubo endotraqueal, descartável, com conector balão n. 7,5. estéril. Tubo em material plástico utilizado para intubação endotraqueal;Marcadores de graduação em centímetros;Embalagem individual tipo Blister, de fácil abertura em Papel grau Cirúrgico;Modelo com Cuff (Balão); Fabricado em polipropileno, válvula ABS com mola inoxidável;Isenta de látex;Embalagem com informações de acordo com RDC 185/2001. Com número de registro na ANVISA.	1.000	unidade	R\$4,45	R\$4.450,00
146	Tubo endotraqueal, descartável, com conector balão n. 8,0. estéril. Tubo em material plástico utilizado para intubação endotraqueal; Marcadores de graduação em centímetros; Embalagem individual tipo Blister, de fácil abertura em Papel grau Cirúrgico;Modelo com Cuff (Balão); Fabricado em polipropileno, válvula ABS com mola inoxidável; Isenta de látex;Embalagem com informações de acordo com RDC 185/2001. Com número de registro na ANVISA.	1.000	unidade	R\$4,26	R\$4.260,00
147	Tubo endotraqueal, descartável, com conector balão n. 8,5. estéril. Tubo em material plástico utilizado para intubação endotraqueal;Marcadores de graduação em centímetros;Embalagem individual tipo Blister, de fácil abertura em Papel grau Cirúrgico;Modelo com Cuff (Balão);Fabricado em polipropileno, válvula ABS com mola inoxidável; Isenta de látex;Embalagem com informações de acordo com RDC 185/2001. Com número de registro na ANVISA.	1.000	unidade	R\$4,26	R\$4.260,00

**PREFEITURA MUNICIPAL DE GLORINHA**

148	Tubo de látex 202- 15 metros/ Oxigenioterapia. Embalagem com informações de acordo com RDC 185/2001. Com número de registro na ANVISA.	100	unidade	R\$102,95	R\$10.295,00
149	Termômetro clínico, temperatura 32°C até 43°C, indicado para processos de medição de temperatura por via oral e axilar. Ponta dobrável e flexibilidade da extremidade. * Desligar automaticamente, * Indicador de bateria fraca, * alarme da febre com aumento da elevação atípica temperatura corporal.	300	unidade	R\$10,58	R\$3.174,00
150	Umificador para oxigênio, frasco em plástico, rosca em PVC 250 ml, com graduação, sem máscara, sem extensão. Conforme número de registro na Anvisa.	100	unidade	R\$18,48	R\$1.848,00
151	Válvula, com duas vias adaptável a qualquer cilindro de oxigênio. Embalagem com informações de acordo com RDC 185/2001. Com número de registro na ANVISA.	100	unidade	R\$391,13	R\$39.113,00
				TOTAL=	R\$7.015.724,55

9.2 Vislumbra-se que tal valor é compatível com o praticado pelo mercado correspondente, observando-se o disposto no Decreto Municipal n.º 5990/2023, que “Regulamenta a Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no âmbito do município de Glorinha”.

10. PRAZO DE GARANTIA E ASSISTÊNCIA TÉCNICA DOS EQUIPAMENTOS

10.1 Todos os equipamentos deverão possuir garantia mínima de 12 (doze) meses, a contar do recebimento definitivo, se outra não houver. Demais itens conforme garantia do fabricante;

10.2 A CONTRATADA prestará solidariamente ao CONTRATANTE, garantia pelo fornecimento dos equipamentos, nos seguintes termos:

I - Garantirá o funcionamento e bom desempenho dos produtos/equipamentos;

II - Obrigar-se-á substituir, sem ônus a contratante, durante o período de garantia, conforme proposta, quaisquer unidades ou peças que venham apresentar defeitos de fabricação no seu funcionamento, nos produtos que apresentarem qualquer

**PREFEITURA MUNICIPAL DE GLORINHA**

desconformidade e que sejam rejeitados, devendo a empresa sanar o problema em até 10 (dez) dias úteis;

III - As garantias previstas nesta cláusula não abrangem substituições de peças ou componentes danificados por dolo, imperícia ou mau uso do produto por parte da contratante;

IV - Além do disposto em outras cláusulas, a contratada, compromete-se a garantir à contratante, a propriedade plena do produto fornecido, o uso e gozo pacífico dos mesmos;

V - Deverá fornecer, no período da garantia, a assistência técnica necessária ao perfeito uso do produto;

VI - Durante o período de garantia, a contratante não efetuará nenhum tipo de pagamento à contratada a título de deslocamento de pessoal, hospedagem, veículos, fretes de peças, mão de obra e outros, com exceção das peças de desgaste natural.

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1 O dispêndio financeiro decorrente da contratação ora pretendida decorrerá da dotação orçamentária e financeiras da secretaria municipal de saúde.

Glorinha 19 de Junho de 2024

**PREFEITURA MUNICIPAL DE GLORINHA****EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 032/2024****FINALIDADE:** REGISTRO DE PREÇOS**TIPO DE JULGAMENTO:** MENOR VALOR DO ITEM**PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º678/2024****MODO DE DISPUTA:** ABERTO**ANEXO II****MODELO DE DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA, EMPRESA DE PEQUENO PORTE****OU COOPERATIVA ENQUADRADA NO ART. 34 DA LEI Nº 11.488/2007**

(nome da empresa), inscrita no CNPJ n.º. _____, por intermédio de seu Contador, o Sr. (nome), portador da Cédula de Identidade RG n.º e do CPF n.º **DECLARA**, sob as penas da lei, que é considerada microempresa ou empresa de pequeno porte, nos termos da Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006, não se incluindo nas hipóteses de exclusão previstas no § 4º, do art. 3º, gozando, assim, do regime diferenciado e favorecido instituído pela referida Lei Complementar.

LOCAL E DATA,

Assinatura do Profissional Contábil ou Representante Legal



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE GLORINHA

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 032/2024

FINALIDADE: REGISTRO DE PREÇOS
TIPO DE JULGAMENTO: MENOR VALOR DO ITEM
PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º678/2024
MODO DE DISPUTA: ABERTO

ANEXO III

MODELO DE DECLARAÇÃO

A empresa _____, através de seu representante legal, Sr.(a) _____, CPF _____, (cargo na empresa: Diretor ou Sócio-Gerente), _____, para fins de direito, na qualidade de PROPONENTE da Licitação instaurada pela PREFEITURA MUNICIPAL DE GLORINHA, **DECLARA:**

- não possui em seus quadros pessoa menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e que não emprega pessoas menores de dezesseis anos; () Emprega menor de dezesseis na condição de aprendiz;
- que atende a todas as exigências de HABILITAÇÃO contidas no referido Edital; e
- que não foi declarada INIDÔNEA para licitar com o Poder Público, em qualquer de suas esferas; e que não sofreu condenação por improbidade administrativa, nos termos da Lei nº 8.429/92, nos últimos anos.

Por ser a expressão da verdade, firma a presente.

Glorinha, de de

Assinatura e identificação do representante legal da empresa

(Se PROCURADOR, **anexar cópia da PROCURAÇÃO** autenticada ou com o original)



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE GLORINHA

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 032/2024

FINALIDADE: REGISTRO DE PREÇOS
TIPO DE JULGAMENTO: MENOR VALOR DO ITEM
PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º678/2024
MODO DE DISPUTA: ABERTO

ANEXO IV

MODELO DE DECLARAÇÃO ENDEREÇO ELETRÔNICO

A empresa _____, através de seu representante legal, Sr.(a) _____ (cargo na empresa: Diretor ou Sócio-Gerente), CPF _____, RG Nº _____, residente e domiciliado na Rua, _____, nº _____, Bairro: _____, na cidade de _____ para fins de direito, na qualidade de PROPONENTE da Licitação instaurada pela PREFEITURA MUNICIPAL DE GLORINHA, **DECLARA:**

-que indica o seguinte endereço eletrônico: _____ para recebimento de eventuais contatos necessários, inclusive notificações administrativas, imposição de penalidade e outros, Declarando ainda, que se compromete com o acompanhamento diário do endereço eletrônico, providenciando a confirmação de recebimento, além de informar imediatamente a alteração do endereço indicado.

Por ser a expressão da verdade, firma a presente.

Glorinha, de de

Assinatura e identificação do representante legal da empresa
 (Se PROCURADOR, **anexar cópia da PROCURAÇÃO** autenticada ou com o original)



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

PREFEITURA MUNICIPAL DE GLORINHA

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 032/2024

FINALIDADE: REGISTRO DE PREÇOS
TIPO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR ITEM
PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 678/2024
MODO DE DISPUTA: ABERTO

ANEXO V

MODELO DE DECLARAÇÃO DE RESERVA DE CARGOS

VERIFICAR SE A EMPRESA SE SUBMETE AO REGRAMENTO CONTIDO NO ART. 93 LEI 8.213/91.

EM CASO POSITIVO, UTILIZAR O MODELO 1.
EM CASO NEGATIVO, UTILIZAR O MODELO 2.

MODELO 1

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, estabelecida na Rua _____, nº _____, Bairro _____, na cidade de _____, através do seu Representante legal Sr. _____, brasileiro, (estado civil), inscrito no CPF sob o nº _____, carteira de identidade nº _____, residente e domiciliado na Rua _____, nº _____, Bairro _____, na cidade de _____, DECLARA para os fins de direito, na qualidade de licitante do procedimento licitatório sob a modalidade PREGÃO ELETRÔNICO nº _____/2024, que cumpre as exigências de reserva de cargos prevista no Art. 93 da Lei 8.213/91, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social.

MODELO 2

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, estabelecida na Rua _____, nº _____, Bairro _____, na cidade de _____, através do seu Representante legal Sr. _____, brasileiro, (estado civil), inscrito no CPF sob o nº _____, carteira de identidade nº _____, residente e domiciliado na Rua _____, nº _____, Bairro _____, na cidade de _____, DECLARA para os fins de direito, na qualidade de licitante do procedimento licitatório sob a modalidade PREGÃO ELETRÔNICO nº _____/2024, que está ciente do regramento constante no Art. 93 da Lei 8.213/91 quanto às exigências de reserva de cargos prevista para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, e que não se enquadra na referida obrigação legal até a presente data.

Por ser a expressão da verdade, firma a presente.

Glorinha, de de

Assinatura e identificação do representante legal da empresa
 (Se PROCURADOR, **anexar cópia da PROCURAÇÃO** autenticada ou com o original)



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

PREFEITURA MUNICIPAL DE GLORINHA

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 032/2024**FINALIDADE:** REGISTRO DE PREÇOS**TIPO DE JULGAMENTO:** MENOR PREÇO POR ITEM**PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 678/2024****MODO DE DISPUTA:** ABERTO**ANEXO VI****DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE VÍNCULO COM ÓRGÃO PÚBLICO**

Eu, _____, portador do RG nº _____, CPF nº _____, declaro para os devidos fins e sob as penas da Lei, que nenhum dos sócios, diretores, administradores e afins da empresa _____, inscrita no CNPJ nº _____, tenha vínculo direta ou indiretamente com a Administração Pública Municipal de _____/RS, que impeça de contratar com a os citados no Art. 14, IV da Lei Federal nº 14.133/2021, conforme segue:

“Lei nº 14.133/2021, de 01/04/2021, art. 14, IV.

Art. 14. Não poderão disputar licitação ou participar da execução de contrato, direta ou indiretamente:

“IV - aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, devendo essa proibição constar expressamente do edital de licitação;”

Declaro estar ciente de que a falsidade nas informações acima implicará nas penalidades cabíveis, previstas no Artigo 299, do Código Penal, tornando nulo e sem efeito o contrato firmado com a Administração Pública, além de me obrigar a restituir aos cofres públicos todo e qualquer valor recebido indevidamente, sem prejuízo da atualização monetária até o dia da efetiva devolução.

Glorinha, _____ de _____ de 20____.

DECLARANTE
EMPRESA

“DOE ÓRGÃOS, DOE SANGUE: SALVE VIDAS”

AV. DR. POMPÍLIO GOMES SOBRINHO, 23.400 – CENTRO – CEP: 94380-000 – FONE/: 0XX(51)3487-1020 E-mail: pregao01@glorinha.rs.gov.br

PREGÃO ELETRÔNICO 032/2024- SRP MATERIAL AMBULATORIAL



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE GLORINHA

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 032/2024

FINALIDADE: REGISTRO DE PREÇOS
TIPO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR ITEM
PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 678/2024
MODO DE DISPUTA: ABERTO

**ANEXO VII
MODELO DE PROPOSTA DE PREÇO**

À Prefeitura Municipal de Glorinha

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 0xx/2024

Assunto: Proposta Comercial

Razão Social do Proponente:

CNPJ do Proponente: / -

Endereço/ telefone/ email

Dados bancários: _____

Encaminhamos, abaixo, nossa proposta comercial referente ao objeto previsto no procedimento licitatório em epígrafe, declarando que, no preço ofertado, estão incluídos todos os custos referentes ao cumprimento do objeto, conforme exigências do edital.

Item	Especificação	Marca/ Modelo	Quant.	Unidade	Valor Unitário R\$	Valor Total R\$
0XX						

Valor TOTAL da Proposta: R\$ _____, ____

Prazo de validade da proposta: no mínimo **90 (noventa) dias**, conforme edital.

Prazo de entrega: 15 dias, após o recebimento da Ordem de Compras/Nota de Empenho, sem nenhum ônus adicional à contratante, conforme Termo de Referência.

Declaramos, ainda, que temos pleno conhecimento de todos os aspectos relativos a esta licitação e manifestamos plena concordância com as condições estabelecidas no Edital.

Data e Assinatura do proponente

(Se PROCURADOR, **anexar cópia da PROCURAÇÃO** autenticada ou com o original)

- **CATÁLOGO DO PRODUTO** (conforme item 14.2 do edital)

* Deverá ser anexada à proposta **Declaração** de que a proposta econômica da empresa compreende a integralidade dos custos.

“DOE ÓRGÃOS, DOE SANGUE: SALVE VIDAS”

AV. DR. POMPÍLIO GOMES SOBRINHO, 23.400 – CENTRO – CEP: 94380-000 – FONE: 0XX(51)3487-1020 E-mail: pregao01@glorinha.rs.gov.br

PREGÃO ELETRÔNICO 032/2024- SRP MATERIAL AMBULATORIAL



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE GLORINHA

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 032/2024

FINALIDADE: REGISTRO DE PREÇOS
TIPO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR ITEM
PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 678/2024
MODO DE DISPUTA: ABERTO

ANEXO VIII
MODELO

DECLARAÇÃO DE INTEGRALIDADE DE CUSTOS

A
PREFEITURA MUNICIPAL DE GLORINHA/RS
PREGÃO N º

A empresa inscrita no CNPJ sob o nº, estabelecida na Rua, nº ..., Bairro ..., na cidade de, por meio de seu representante legal, Sr., brasileiro, (estado civil), inscrito no CPF sob o nº ..., portador da cédula de identidade nº ..., residente e domiciliado na Rua, nº ..., Bairro, na cidade de, DECLARA, sob as penas da lei, que a proposta econômica apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

....., de....., de 2024.

Assinatura do representante legal



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

PREFEITURA MUNICIPAL DE GLORINHA

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 032/2024**FINALIDADE:** REGISTRO DE PREÇOS**TIPO DE JULGAMENTO:** MENOR VALOR DO ITEM**PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 678/2024****MODO DE DISPUTA:** ABERTO**ANEXO IX****MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº _____/2024**

O MUNICÍPIO DE GLORINHA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob nº 91.338.558/0001-37, com sede na Avenida Dr. Pompílio Gomes Sobrinho, 23.400, Centro de Glorinha, representado neste ato pelo seu Prefeito Municipal, Sr. PAULO JOSÉ SILVEIRA CORRÊA, brasileiro, casado, inscrito no CPF/MF sob nº 240.350.090-91, doravante denominado **MUNICÍPIO**, no uso de suas atribuições, nos termos Lei nº 14.133/2021, Lei Complementar nº. 123/2006 e alterações, regulamentado pelo Decreto Municipal nº 5.990/2023, considerando o julgamento da licitação na modalidade de Pregão, na forma, para REGISTRO DE PREÇOS Nº/....., com itens homologados em/...../....., Processo Administrativo nº/....., RESOLVE registrar os preços das empresas abaixo elencadas, doravante denominadas **FORNECEDORAS**, de acordo com a classificação por elas alcançada e na quantidade cotada, atendendo as condições previstas no edital, sujeitando-se as partes às normas contidas na Lei Federal nº 14.133/2021 e suas alterações, em conformidade com as disposições presentes.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente Ata é o **REGISTRO DE PREÇOS para eventual aquisição/contratação de** para as Secretarias Municipais.....; conforme Termo de Referência - **Anexo I**, do Edital de **Pregãonº/.....**, que fundamenta esta Ata, assim como a proposta vencedora, independente da transcrição.

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações ou aquisições que dele poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a contratação pretendida, sendo assegurada ao beneficiário do Registro a preferência de fornecimento em igual de condições.

2. DAS FORNECEDORAS/ ITENS E VALORES REGISTRADOS**FORNECEDORA 01**

CNPJ N°		Razão Social:	
Endereço:			
Cidade:		UF:	CEP:
Telefone:		Fax:	
Endereço Eletrônico:			

“DOE ÓRGÃOS, DOE SANGUE: SALVE VIDAS”

AV. DR. POMPÍLIO GOMES SOBRINHO, 23.400 – CENTRO – CEP: 94380-000 – FONE/: 0XX(51)3487-1020 E-mail: pregao01@glorinha.rs.gov.br

PREGÃO ELETRÔNICO 032/2024- SRP MATERIAL AMBULATORIAL



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

PREFEITURA MUNICIPAL DE GLORINHA

2.1. As licitantes vencedoras, os itens e os valores registrados, constam em anexo, conforme Ata de Vencedores, disponível no Portal de Compras Públicas www.portaldecompraspublicas.com.br.

3. DA VALIDADE DA ATA

3.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de **12 meses**, a partir de xx/xx/xxxx tendo validade até xx/xx/xxxx, podendo ser prorrogado por até igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.

4. DA EXPECTATIVA DO FORNECIMENTO

4.1. O ajuste com o fornecedor registrado será formalizado pelo Setor de Compras e Licitações, mediante assinatura de Contrato ou emissão de Autorização de Compras/Empenho, observada as condições contidas no Edital.

4.2. O compromisso de entrega e execução só estará caracterizado mediante o recebimento da Autorização de Compras/Empenho decorrente desta Ata de Registro de Preços e/ou Contrato firmado, conforme previsto no Edital de **Pregão**
nº/.....

4.3. A presente ata implica em compromisso de fornecimento, após cumprir os requisitos de publicidade, ficando o fornecedor obrigado a atender todos os pedidos efetuados durante sua validade, dentro dos quantitativos estimados.

5. DO PAGAMENTO

5.1. O pagamento será efetuado conforme consta no Termo de Referência ou **até o 15 (décimo quinto) dia útil**, da entrega do objeto, mediante emissão e apresentação da Nota Fiscal, conforme autorização de compras/empenho emitida pela Secretaria solicitante e atestada pelo Secretário da pasta, por depósito em conta corrente do fornecedor, conforme as quantidades solicitadas pela Secretaria Municipal, juntamente com a documentação comprobatória completa, que deverão ser entregues no Setor de Contabilidade da Secretaria Municipal da Fazenda do Município de Glorinha. O prazo acima previsto contará a partir do recebimento no Setor de Contabilidade.

5.2. Para o caso de faturas incorretas e ou falta de documentação comprobatória relacionadas no contrato, a Prefeitura Municipal de Glorinha terá o prazo de até 5 (cinco) dias úteis para devolução à contratada, passando a contar novo prazo de até 15 (quinze) dias úteis, após a entrega da nova NOTA FISCAL/FATURA e ou documentação comprobatória, abaixo relacionada.

- a) Certidão de Regularidade com a Fazenda Federal (RFB);
- b) Certidão de Regularidade de Pessoa Jurídica do FGTS;
- c) Certidão de Regularidade da Fazenda Municipal do Município ou sede do licitante;
- d) Certidão de Regularidade com a Fazenda Municipal do Município de Glorinha/RS;
- e) Certidão de Regularidade da Fazenda Estadual;
- f) Certidão de Regularidade de débitos trabalhistas junto ao Tribunal Superior do Trabalho (CNDT).

5.3. Na Nota Fiscal do produto deverá constar o código GTIN do mesmo, conforme §6º da cláusula terceira do ajuste SINIEF Nº 07/2005, quando for o caso.

5.4. Para o caso de faturas incorretas, a Prefeitura Municipal de Glorinha devolverá à licitante vencedora a nota fiscal/fatura, passando a contar novamente o prazo para pagamento, após a nova emissão;

5.5. Servirão de cobertura às contratações oriundas da Ata de Registro de Preços os recursos orçamentários da Secretaria Municipal solicitante.

5.6. Os pagamentos serão efetuados somente em CONTA BANCÁRIA, em nome da

“DOE ÓRGÃOS, DOE SANGUE: SALVE VIDAS”

AV. DR. POMPÍLIO GOMES SOBRINHO, 23.400 – CENTRO – CEP: 94380-000 – FONE/: 0XX(51)3487-1020 E-mail: pregao01@glorinha.rs.gov.br

PREGÃO ELETRÔNICO 032/2024- SRP MATERIAL AMBULATORIAL



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

PREFEITURA MUNICIPAL DE GLORINHA

Pessoa Jurídica.

6. DA REVISÃO DOS PREÇOS

6.1 Os preços registrados poderão ser atualizados em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução tal como pactuado, nos termos do disposto na norma contida no art. 124, II letra "d" da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

6.2. Quando o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, a administração municipal convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços registrados, tornando-os compatíveis com os valores praticados pelo mercado.

§ 1º Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados dos compromissos assumidos, sem aplicação de penalidades administrativas.

§ 2º A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação obtida originalmente na licitação.

§ 3º A redução do preço registrado será comunicada pela administração municipal às unidades administrativas que tiverem formalizado contrato com fundamento no respectivo registro, para que avaliem a necessidade de efetuar a revisão dos preços contratados.

6.3. Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços registrados é facultado ao fornecedor requerer, antes do pedido de fornecimento, ou seja antes da emissão do empenho, a atualização do preço registrado, mediante demonstração de fato superveniente que tenha provocado elevação que supostamente impossibilite o cumprimento das obrigações contidas na ata e desde que atendidos os seguintes requisitos:

I - A possibilidade da atualização dos preços registrados seja aventada pelo fornecedor ou prestador signatário da ata de registro de preços;

II - A modificação seja substancial nas condições registradas, de forma que seja caracterizada alteração desproporcional entre os encargos do fornecedor ou prestador signatário da Ata de Registro de Preços e da Administração Pública;

III - Seja demonstrado nos autos a desatualização dos preços registrados, por meio de apresentação de planilha de custos e documentação comprobatória correlata que demonstre que os preços registrados se tornaram inviáveis nas condições inicialmente pactuadas.

§ 1º A iniciativa e o encargo da demonstração da necessidade de atualização de preço serão do fornecedor ou prestador signatário da ata de registro de preços, cabendo a administração municipal a análise e deliberação a respeito do pedido.

§ 2º Se não houver prova efetiva da desatualização dos preços registrados e da existência de fato superveniente, o pedido será indeferido pela Administração e o fornecedor continuará obrigado a cumprir os compromissos pelo valor registrado na ata, sob pena de cancelamento do registro de preços e de aplicação das penalidades administrativas previstas em lei e no edital.

§ 3º Na hipótese do cancelamento do registro de preços prevista no § 2º deste artigo, o órgão gerenciador poderá convocar os demais fornecedores obedecendo a ordem de classificação do processo licitatório, para que manifestem interesse em assumir o fornecimento dos bens, a execução das obras ou dos serviços, pelo preço registrado na ata, ou comunicar seus preços atualizados.

§ 4º Comprovada a desatualização dos preços registrados, decorrente de fato superveniente que prejudique o cumprimento da ata, a Administração poderá efetuar a atualização do preço registrado, adequando-o aos valores praticados no mercado.

§ 5º Na hipótese de não haver cadastro de reserva, a Administração Pública poderá convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para negociação e

"DOE ÓRGÃOS, DOE SANGUE: SALVE VIDAS"

AV. DR. POMPÍLIO GOMES SOBRINHO, 23.400 – CENTRO – CEP: 94380-000 – FONE: 0XX(51)3487-1020 E-mail: pregao01@glorinha.rs.gov.br

PREGÃO ELETRÔNICO 032/2024- SRP MATERIAL AMBULATORIAL



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

PREFEITURA MUNICIPAL DE GLORINHA

assinatura da ata no máximo nas condições ofertadas por estes, desde que o valor seja igual ou inferior ao orçamento estimado para a contratação, inclusive quanto aos preços atualizados, nos termos do instrumento convocatório.

6.4. Não havendo êxito nas negociações, a Secretaria Municipal da Administração e Planejamento deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

6.5. Os pedidos de equilíbrio econômico-financeiro deverão ser encaminhados com a tabela abaixo preenchida constando todas as informações contidas na mesma:

a) Em caso de materiais:

Item	Produto	Preço de custo	Valor declarado vencedor	Margem %	Nota fiscal nº	Preço de custo	Valor reequilibrado	Margem %	Nota fiscal nº
		R\$	R\$	%		R\$		%	

b) Em caso de serviços:

Item	Serviço	Item do preço global do serviço	Preço de custo do item no preço global do serviço	Preço reajustado do item	Nota fiscal nº (ou outras comprovações)	Valor reequilibrado do serviço
		R\$	R\$	R\$		R\$

6.6. O Setor de Compras e Licitações deverá certificar no certame, que os preços solicitados no pedido de reequilíbrio estão compatíveis com os de mercado, através de análise técnica de Contador do Município.

6.6.5. O pedido de equilíbrio econômico-financeiro poderá acarretar substituição na ordem classificatória de fornecedor devido à obrigatoriedade legal de aquisição pelo menor preço.

6.6.6. As empresas que encaminharem o pedido de equilíbrio econômico-financeiro em desconformidade com as condições do item 6 terão os pedidos indeferidos e apenas poderão encaminhar novo pedido no mês subsequente, sem prejuízo de manter o valor proposto e efetuar a entrega das mercadorias durante o período.

7. DA RESCISÃO CONTRATUAL

7.1. Poderão ser motivo de rescisão contratual as hipóteses elencadas no art.137 da Lei Federal nº 14.133/2021.

7.2. Caso o MUNICÍPIO não se utilize de prerrogativa de rescindir o contrato, a seu exclusivo critério, poderá suspender a execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o FORNECEDOR cumpra integralmente a condição contratual infringida, sem prejuízo de incidência das sanções previstas no Edital, na Lei Federal nº 14.133/2021 e no Código de Defesa do Consumidor (Lei Federal nº 8.078/90).

7.3. A rescisão poderá ser unilateral, amigável ou judicial, nos termos e condições previstas no art. 124 da Lei Federal nº 14.133/2021.

7.4. O FORNECEDOR reconhece os direitos do MUNICÍPIO nos casos de rescisão previstos nos arts. 124 ao 139 da Lei Federal nº 14.133/2021.

8. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

8.1. Pela Administração quando: O fornecedor terá seu registro cancelado quando:

I - descumprir as condições da ata de registro de preços, sem justificativa aceitável;

II - não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;

III - sofrer sanção prevista no inciso IV do art. 156 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021;

IV - não aceitar o preço revisado pela Administração.

“DOE ÓRGÃOS, DOE SANGUE: SALVE VIDAS”

AV. DR. POMPÍLIO GOMES SOBRINHO, 23.400 – CENTRO – CEP: 94380-000 – FONE: 0XX(51)3487-1020 E-mail: pregao01@glorinha.rs.gov.br



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

PREFEITURA MUNICIPAL DE GLORINHA

8.2. A ata de registro de preços será cancelada, total ou parcialmente, pela administração municipal:

I - Pelo cancelamento de preços registrados;

II - Por fato superveniente, decorrente caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução obrigações previstas na ata, devidamente demonstrado; e

III - Por razões de interesse público, devidamente justificadas.

8.3 No caso de cancelamento da ata ou do registro do preço por iniciativa da Administração, será assegurado o contraditório e a ampla defesa.

8.4. O fornecedor ou prestador será notificado para apresentar defesa no registro do FORNECEDOR poderá ser cancelado, garantida prévia defesa, no prazo de cinco (5) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, nas seguintes hipóteses:

8.3. Pelo FORNECEDOR, quando:

a) Mediante solicitação formal, o mesmo comprovar estar impossibilitado definitivamente de cumprir as exigências do instrumento convocatório que deu origem ao Registro de Preços.

b) O cancelamento será precedido de processo administrativo a ser examinado pelo órgão gerenciador, sendo que a decisão final deverá ser fundamentada.

c) A comunicação do cancelamento do registro do FORNECEDOR, será feita por escrito, juntando-se o comprovante de recebimento.

d) No caso do FORNECEDOR encontrar-se em lugar ignorado, incerto ou inacessível, a comunicação será feita por publicação na imprensa oficial do Município, considerando-se cancelado o registro do FORNECEDOR, a partir do quinto dia útil, contado da publicação.

e) A solicitação do FORNECEDOR para cancelamento do Registro de Preço, não o desobriga do fornecimento dos PRODUTOS, até a decisão final do órgão gerenciador, a qual deverá ser prolatada no prazo máximo de trinta dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas no instrumento convocatório e na Cláusula nona, desta Ata, caso não aceitas as razões do pedido.

f) Enquanto perdurar o cancelamento, poderão ser realizadas novas licitações para aquisição dos PRODUTOS constantes do registro de preços.

9. DAS PENALIDADES

9.1. O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

I - Dar causa à inexecução parcial do contrato;

II - Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

III - Dar causa à inexecução total do contrato;

IV - Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

V - Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

VI - Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

VII - Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

VIII - Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

IX - Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

X - Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

XI - Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

XII - Praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.](#)



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

PREFEITURA MUNICIPAL DE GLORINHA

9.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas nesta Lei as seguintes sanções:

I - Advertência;

II – Multa de no mínimo 0,5% (cinco décimos por cento) e máximo de 30% (trinta por cento) do valor do objeto licitado ou contratado;

III - Impedimento de licitar e contratar, no âmbito da Administração Pública direta e indireta do órgão licitante, pelo prazo máximo de 3 (três) anos;

IV - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

a) Na aplicação das sanções serão considerados:

I - A natureza e a gravidade da infração cometida;

II - As peculiaridades do caso concreto;

III - As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

IV - Os danos que dela provierem para a Administração Pública;

V - A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

b) A sanção prevista no inciso I do **caput** deste item será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista no [inciso I do caput do Item 9](#), quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

c) A sanção prevista no inciso II do **caput** deste item, calculada na forma do edital ou do contrato, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas na Lei 14.133/21.

d) A sanção prevista no inciso III do **caput** deste item será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos [incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do item 9](#), quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

e) A sanção prevista no inciso IV do **caput** será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos [incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do item 9](#), bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do **caput** do referido item que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida na letra "d" deste item, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

f) A sanção estabelecida no inciso IV do **caput** deste item será precedida de análise jurídica e observará as seguintes regras:

I - Quando aplicada por órgão do Poder Executivo, será de competência exclusiva de ministro de Estado, de secretário estadual ou de secretário municipal e, quando aplicada por autarquia ou fundação, será de competência exclusiva da autoridade máxima da entidade;

g) As sanções previstas nos incisos I, III e IV do **caput** deste item poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista no inciso II do **caput** deste item.

h) Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

i) A aplicação das sanções previstas no **caput** deste item não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.



PREFEITURA MUNICIPAL DE GLORINHA

9.3. Na aplicação da sanção prevista no [inciso II do caput do item 9.2](#), será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

9.4. A aplicação das sanções previstas nos [incisos III e IV do caput do item 9.2 do edital](#) requererá a instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

a) Em órgão ou entidade da Administração Pública cujo quadro funcional não seja formado de servidores estatutários, a comissão a que se refere o **caput** deste artigo será composta de 2 (dois) ou mais empregados públicos pertencentes aos seus quadros permanentes, preferencialmente com, no mínimo, 3 (três) anos de tempo de serviço no órgão ou entidade.

b) Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, o licitante ou o contratado poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

c) Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

d) A prescrição ocorrerá em 5 (cinco) anos, contados da ciência da infração pela Administração, e será:

I - Interrompida pela instauração do processo de responsabilização a que se refere o **caput** deste item;

II - Suspensa pela celebração de acordo de leniência previsto na [Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#);

III - Suspensa por decisão judicial que inviabilize a conclusão da apuração administrativa.

9.5. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei 14.133/2021 ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na [Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#), serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida Lei.

9.6. A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos nesta Lei ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

9.7. Os órgãos e entidades dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário de todos os entes federativos deverão, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por eles aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo federal.

9.7.1. Para fins de aplicação das sanções previstas nos [incisos I, II, III e IV do caput](#), o Poder Executivo regulamentará a forma de cômputo e as consequências da soma de diversas sanções aplicadas a uma mesma empresa e derivadas de contratos distintos.

9.8. O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado a multa de mora, na forma prevista em edital ou em contrato.



9.8.1. A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas.

9.9. É admitida a reabilitação do licitante ou contratado perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, exigidos, cumulativamente:

I - Reparação integral do dano causado à Administração Pública;

II - Pagamento da multa;

III - Transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;

IV - Cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;

V - Análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste artigo.

a) A sanção pelas infrações previstas nos incisos VIII e XII do caput, exigirá, como condição de reabilitação do licitante ou contratado, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável.

9.10. As sanções descritas no *caput* também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva, em pregão para registro de preços que, convocado, não honrar o compromisso assumido, sem justificativa ou com justificativa recusada pela administração pública.

10. DA FISCALIZAÇÃO

10.1. À fiscalização cabe conferir as especificações da(s) nota(s) fiscal(is) e dos serviços prestados. Caberá à fiscalização, por parte dos responsáveis pela Secretaria Municipal solicitante, ao receber a NF, emitir o competente Termo de Recebimento do material/serviço, devendo, para tanto, ser aferida a compatibilidade dos mesmos com as especificações exigidas juntamente com a documentação comprobatória completa (abaixo relacionada), que é prevista em contrato, que deverão ser entregues no Setor de Contabilidade da Secretaria Municipal da Fazenda do Município de Glorinha. O prazo acima previsto contará a partir do recebimento no Setor de Contabilidade.

a) Certidão de Regularidade com a Fazenda Federal (RFB);

b) Certidão de Regularidade de Pessoa Jurídica do FGTS;

c) Certidão de Regularidade da Fazenda Municipal do Município ou sede do licitante;

d) Certidão de Regularidade com a Fazenda Municipal do Município de Glorinha/RS;

e) Certidão de Regularidade da Fazenda Estadual;

f) Certidão de Regularidade de débitos trabalhistas junto ao Tribunal Superior do Trabalho (CNDT).

10.2. Não será aceito produto/serviço que não atenda às especificações constantes na descrição do objeto. Os objetos recusados pela Fiscalização Contratual deverão ser substituídos pela contratada no prazo máximo de até 10 dias, contados do recebimento de comunicado específico lavrado pela Fiscalização Contratual.

10.3. Em caso de aprovação do produto/serviço pela Fiscalização, esta encaminhará a nota fiscal, juntamente com um atestado, à SMF/Contabilidade.

10.4. A contratada deverá indicar e manter preposto aceito pela Administração Municipal, a fim de representá-la durante a execução contratual.

10.5. O recebimento provisório ou definitivo dos materiais/serviços, por parte das Secretarias Municipais, não exclui a responsabilidade da empresa Contratada pela qualidade, eficiência e adequação do serviço entregue ao Poder Público.

10.6. Comunicar oficialmente à empresa contratada quanto à rejeição do(s) serviços(s).

10.7. Exigir da empresa contratada o cumprimento rigoroso das obrigações

“DOE ÓRGÃOS, DOE SANGUE: SALVE VIDAS”

AV. DR. POMPÍLIO GOMES SOBRINHO, 23.400 – CENTRO – CEP: 94380-000 – FONE: 0XX(51)3487-1020 E-mail: pregao01@glorinha.rs.gov.br



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE GLORINHA

assumidas.

10.8. Transmitir ordens e instruções, verbais ou escritas, à empresa contratada, no tocante ao fiel cumprimento do disposto neste instrumento.

10.9. Solicitar a aplicação, nos termos deste instrumento, de multa(s) à Empresa contratada.

10.10. Instruir o(s) recurso(s) da empresa contratada no tocante ao pedido de cancelamento de multa(s), quando essa discordar do Município.

10.11. No exercício de suas atribuições fica assegurado à fiscalização, sem restrições de qualquer natureza, o direito de acesso a todos os elementos de informações relacionados com o objeto deste instrumento, pelos mesmos julgados necessários.

11. DAS CONDIÇÕES GERAIS

11.1. As condições gerais de fornecimento dos produtos, tais como os prazos para entrega, recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, sanções e demais condições de ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência – Anexo I.

11.2. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal nº14.133/2021, pelo Decreto Municipal nº 5.990/2023, de 31 de março de 2023 e demais normas aplicáveis. Subsidiariamente, aplicar-se-ão os princípios gerais do Direito.

11.3. O prazo de vigência do presente contrato se inicia a partir da data de assinatura do mesmo, que ocorrerá no prazo máximo de 05 (cinco) dias, conforme previsto no edital.

12. DA DIVULGAÇÃO

12.1. A publicação desta Ata de Registro de Preços far-se-á através do site oficial do município, tão logo assinado por ambas as partes.

12.2. Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia a Secretaria participante.

Glorinha, xx de xxxxxx de xxxx.

Paulo José Silveira Corrêa
Prefeito Municipal

Representante Legal da Fornecedora 01
Fiscais do Contrato

Representante Legal da Fornecedora 02

*Este edital foi devidamente
examinado e aprovado por esta
Assessoria Jurídica.
Em ____ / ____ /20____*
